

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Gênero e Diversidade na Escola

Márcia Antônia de Jesus Silva

**POLÊMICAS E REPERCUSSÕES DO PARECER DO CONSELHO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO (CNE/CEB Nº 15/2010):
do mito ao racismo em “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato**

Belo Horizonte

2016

Márcia Antônia de Jesus Silva

**POLÊMICAS E REPERCUSSÕES DO PARECER DO CONSELHO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE/CEB Nº 15/2010):
do mito ao racismo em “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato**

Trabalho apresentado ao Curso Gênero e Diversidade na Escola, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do Grau de Especialista.

Orientador: Prof. Marco Aurélio Máximo Prado

Belo Horizonte

2016

Márcia Antônia de Jesus Silva

**POLÊMICAS E REPERCUSSÕES DO PARECER DO CONSELHO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO (CNE/CEB Nº 15/2010):
do mito ao racismo em “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato**

Trabalho apresentado ao Curso Gênero e
Diversidade na Escola, da Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras da Universidade
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial
para obtenção do Grau de Especialista.

Marco Aurélio Máximo Prado – (Orientador) - UFMG

Cássia Reis Donato - (Co-orientadora) - UFMG

Johanna Monagreda - UFMG

Otacílio de Oliveira Jr. – UFMG

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a saúde necessária para superação das dificuldades encontradas.

À Universidade Federal de Minas Gerais, e especialmente a equipe do Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola que oportunizaram meu trabalho, dando-me os suportes necessários para que pudesse desenvolvê-lo.

Ao professor Marco Aurélio Máximo Prado, pelo apoio para a elaboração desta pesquisa.

À minha co-orientadora Cássia Reis Donato, pelo carinho e orientação com que me incentivou e ajudou na consolidação deste curso.

A todos que, de alguma forma contribuíram para esta construção.

RESUMO

Este trabalho apresenta análises sobre os posicionamentos e interpelações dos vários segmentos sociais, que se manifestaram diante da publicação do Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 15/2010, de 01 de Setembro de 2010 e de seu reexame nº 6/2011, em 01 de junho de 2011. O primeiro Parecer solicita a suspensão do livro “Caçadas de Pedrinho” pelo governo e exige novas edições com a inserção de nota explicativa sobre o conteúdo racista da obra e orienta que as escolas só utilizem o livro com a mediação de professor que compreenda os processos históricos que geraram racismo no Brasil e o segundo Parecer o ratifica. Para a sua realização, foram levantados aspectos biográficos de Monteiro Lobato e o estudo da obra referenciada, com o intuito de analisar seu conteúdo. Foram pesquisados o conteúdo e os percursos iniciais dos Pareceres e as manifestações que deles advieram. Procederam-se análises sobre a perspectiva ideológica relacionada às relações de poder e subordinação e aos processos de inferiorização racial. Concluiu-se que os debates dos formadores de opinião do país, contribuem para invisibilizar a reprodução das desigualdades raciais no Brasil, através da negação e naturalização do racismo. Este trabalho indica a necessidade de se acompanhar as concepções implícitas e explícitas presentes nas obras literárias e nas formas de suas supressões, para que não haja a reprodução de quaisquer espécies de pensamentos discriminatórios.

Palavras-chave: Monteiro Lobato. Caçadas de Pedrinho. Parecer CNE/CEB nº 15/2010. Parecer CNE/CEB nº 6/2011. Discriminação racial. Racismo na literatura.

ABSTRACT

This paper presents analysis of the positions and interpellations of various social groups that have out because of the National Education Council report publication no. 15/2010, from September 1, 2010, and its review 6/2011 from June 1, 2011. The first report requests the suspension of the book 'Caçadas de Pedrinho' by the govern, and demands new editions to come with an explanatory note about the racism present in the book, and advises schools to use the work with the mediation of a teacher that comprehends the historical process that generated racism in Brazil. To make it possible Monteiro Lobato's biographical aspects were raised and a study of the mantioned work to check out its racist content. Reports and its manifestation were researched, analysis of the power and subordination relations and for racial inferiorization process under an ideological perspective were preceded. It was possible to conclude that the country opinion makers' debates contributed to make reproduction of racial inequalities impossible in Brazil, through the negation and naturalization of racism. This paper denotes the need to follow the implicit and explicit conceptions present in literary work and in its deletion ways, so that there is no reproduction of any kind of discriminatory thoughts.

Keywords: Monteiro Lobato. Caçadas de Pedrinho, NEC Report n° 15/2010. NEC Report n° 6/201, Racial discrimination. Racism in literature.

LISTA DE SIGLAS

ABRALIC	Associação Brasileira de Literatura Comparada
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
DEM	Democratas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização não Governamental
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SARESP	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEPPIR	Secretaria das Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIVESP TV	TV da Universidade Virtual do Estado de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA	13
3 LITERATURA E REPRESENTAÇÃO HIERÁRQUICA DAS DIFERENÇAS	15
4 O LIVRO “CAÇADAS DE PEDRINHO”, A DENÚNCIA FEITA À CÂMARA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E OS PARECERES: CNE/CEB nº 15/2010 E DE REEXAME CNE/CEB nº 6/2011.....	19
5 MOBILIZAÇÃO PÚBLICA: TENSÕES LIGADAS AOS PARECERES CNE/CEB nº 15/2010 E CNE/CEB nº 6/2011	21
6 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa sobre os debates provenientes das diversas manifestações geradas a partir da publicação do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB nº 15/2010 e do seu reexame Parecer CNE/CEB nº 6/2011).

De acordo com o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2010), o primeiro parecer dispõe sobre orientações para que a Secretaria de Educação do Distrito Federal se abstenha de utilizar material que não se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. A publicação desse parecer foi desencadeada por uma denúncia feita pelo Professor Antônio Gomes da Costa Neto, sobre o teor racista do livro “Caçadas de Pedrinho”, do autor Monteiro Lobato.

A Câmara Nacional de Educação acatou esta denúncia, por entender que era pertinente e legal e prescreveu ações para o campo da educação que atendem a legislação brasileira sem, no entanto, eliminar do acervo literário infantil das escolas o autor Monteiro Lobato, ao contrário do que divulgava enfaticamente a mídia, o que provocava diversificadas opiniões.

O segundo Parecer, CNE/CEB nº 6/2011, foi produzido a partir de uma solicitação do MEC, para que o Parecer 15/2010 fosse reexaminado, a fim de esclarecer ao público o seu conteúdo, devido às intensas, ambíguas e equivocadas interpretações que provocou, especialmente relacionadas à falsa ideia de veto e censura da obra de Monteiro Lobato no contexto escolar .

O presente trabalho apresenta análises sobre o contexto de emergência dos pareceres e as posições defendidas por diversos atores envolvidos no debate sobre eles. Também analisa as perspectivas que esses atores sinalizam para os âmbitos educacionais e da produção literária brasileira.

Revisto e corrigido, o Parecer reexaminado, esclarece que não havia a finalidade de se proibir a obra lobatiana nas escolas; desfaz a ambiguidade, acrescenta e complementa as fundamentações para a discussão e ressalta o dever do Estado em promover um ambiente vivencial e educacional sem qualquer forma de preconceito ou discriminação. Também são incluídos estudos sobre Monteiro Lobato, sua ideologia eugênica e a representação negativa, de racismo, na sua literatura.

O Parecer CNE/CEB nº 6/2011 direciona-se a todos os sistemas de ensino do país (não mais especificamente à Secretaria de Educação do Distrito Federal).

As recomendações pouco se alteraram em relação às anteriores, dando foco ao treinamento de professores para que assim possam trabalhar adequadamente em sala de aula com o assunto, aos critérios para seleção de livros do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE); e inserção, no texto de apresentação das novas edições, de contextualização crítica do autor e da obra, no tocante a presença de estereótipos na literatura, inclusive os raciais (BRASIL, 2011, p. 6-7). Também se suprimiu neste reexame, a expressão “Monteiro Lobato e o Politicamente Correto”.

Dentre as mudanças textuais do Parecer, destaca-se o termo “exige-se” que foi substituído por “recomenda-se”, no tocante à inserção, pela editora, de nota explicativa no livro, quando sob presença de estereótipos na literatura (BRASIL, 2010), o que foi alvo de críticas ferrenhas, que avaliaram que “recomendar” não tem a força de lei cabível, como na palavra “exigir”.

O Parecer CNE/CEB nº 6/2011, procura demonstrar seu embasamento nas legislações e normas vigentes e solicita a contextualização das obras sob perspectiva histórica, política e ideológica, ou seja, ratifica os critérios de avaliação estabelecidos pelo PNBE, para as obras que compõem os acervos do programa, aplica as recomendações não só ao livro “Caçadas de Pedrinho”, mas também às demais obras literárias que apresentem didatismos, moralismos, preconceitos, estereótipos, discriminação ou algo desta ordem. O Parecer também recomenda aos sistemas de ensino que façam análise do acervo bibliográfico, literário e dos livros didáticos adotados pela escola, e de suas práticas pedagógicas, que deverão ser voltadas para a diversidade étnico-racial dele decorrentes.

Em 01 de junho de 2011, a Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação aprovou por unanimidade o Parecer CNE/CEB nº 6/2011, reelaborado pela mesma relatora do primeiro Parecer, Nilma Lino Gomes.

Diferentes discussões emergiram e se centraram sobre a presença de racismo na obra “Caçada de Pedrinho”, deste autor, o que fomentou imensa polêmica, tanto na mídia quanto em diferentes órgãos de imprensa; nas redes sociais, entre os especialistas do meio educacional e literário.

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar os posicionamentos e interpelações dos vários segmentos sociais que se manifestaram diante deste Parecer.

É relevante tomar como objeto de estudo as diferentes interpretações políticas e sociais envolvidas nas discussões sobre essa obra de Monteiro Lobato, no contexto do debate sobre o Parecer CNE/CEB nº 15/2010 e seu reexame CNE/CEB nº 06/2011 e assim poder detectar e relacionar os valores implícitos e explícitos imersos nas manifestações.

Assim, os discursos políticos, as narrativas e elementos de signos discriminatórios, constituintes das manifestações e posições do debate foram mapeados, buscando identificar os conflitos ideológicos presentes nos discursos e nos múltiplos posicionamentos sobre os Pareceres.

A temática deste trabalho (racismo), na obra literária, é frequentemente geradora de polêmicas e disputas políticas, conflitos e veementes discussões, mobilizando a mídia, o Movimento Negro, pessoas envolvidas na gestão de políticas públicas e outras organizações sociais.

É importante entender que no campo da educação básica nacional, os discursos constroem os significados complexos, refletindo em políticas públicas, incorporando concepções de democracia e conseqüentemente, políticas afirmativas ou negativas.

Compreender quais são as narrativas e discursos construídos, atentando pelo debate em que foi envolvida a obra de Monteiro Lobato “Caçada de Pedrinho” a partir dos pareceres do Conselho Nacional de Educação/MEC e problematizá-la, significa desvendar os processos em que se originaram esses discursos, identificando os atores envolvidos e compreendendo sua importância e repercussão na área educativa e literária.

O aspecto disparador do desenvolvimento deste trabalho é o reconhecimento da marginalização das pessoas negras brasileiras, o que incessantemente se contrapõe a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Apesar dos avanços em políticas afirmativas, o Brasil ainda vivencia a discriminação e a desigualdade racial, caracterizadas por práticas de diferenciação hierárquica e ideologias de inferioridade racial reproduzidas em diferentes âmbitos, inclusive nos registros literários. Exemplo disso é o perceptível caráter racista de vários trechos da obra de Lobato, o que tem gerado questionamentos a respeito do uso didático desse livro, como os que mobilizaram a formulação dos pareceres do MEC.

Este trabalho será organizado em cinco capítulos, sendo eles:

a) Metodologia

Neste capítulo, estão expostas as etapas constituintes da pesquisa, e os procedimentos desenvolvidos na formulação desta monografia.

Para elaborar o trabalho, foram feitas análises e levantamento dos processos que originaram o Parecer CNE/CEB nº 15/2010, recapitulando-se a sua origem, desde a denúncia de passagens racistas em “Caçadas de Pedrinho” até a sua reelaboração posterior, com a publicação do Parecer CNE/CEB 6/2011.

Durante a pesquisa, foram objetos de estudo os teores dos dois Pareceres, os quais foram avaliados sob uma perspectiva analítica e crítica.

Foram levantadas as fundamentações teóricas em que foram amparados os Pareceres e suas respectivas repercussões após suas publicações.

Uma amostragem de pronunciamentos, realizados por pessoas detentoras de notoriedade social, é apresentada, traduzindo a polêmica em que os pareceres foram envolvidos. A partir dos seus pronunciamentos, de defesa ou de acusação, procurou-se desvelar a naturalização do racismo presente na obra lobatiana.

b) Literatura e Representação Hierárquica das Diferenças

O terceiro capítulo apresenta uma discussão sobre as configurações do racismo na educação e seus impactos no ensino da Literatura.

Este módulo demonstra, através de um levantamento estatístico, as consequências das segregações raciais, no que tange às garantias dos direitos proclamados pela “Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU” (1948), legitimados “Constituição Federal do Brasil” (1988), os quais estão sendo destituídos do povo negro.

As análises são feitas embasadas nas relações entre discriminações e desigualdades raciais, evasão, e fracasso escolar.

Artigo 7. Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (ONU, 1948).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988).

c) O Livro “Caçadas de Pedrinho”, a Denúncia Feita à Câmara Nacional de Educação e os Pareceres: CNE/CEB nº 15/2010 e de Reexame CNE/CEB nº 6/2011

O quarto capítulo é composto por uma breve contextualização da obra Lobatiana, pela apresentação do Livro “Caçadas de Pedrinho” e pela contextualização da denúncia feita à Câmara Nacional de Educação pelo Professor Antônio Gomes da Costa Neto. Nele são discutidos os motivos que levaram a esta denúncia e um levantamento dos trâmites e das interlocuções junto ao Conselho Nacional de Educação, com os consequentes Pareceres: CNE/CEB nº 15/2010 e do reexame CNE/CEB nº 6/2011.

d) Mobilização Pública: Tensões do Parecer CNE/CEB nº 15/2010 e CNE/CEB nº 6/2011

O quinto capítulo contém um levantamento das repercussões e manifestações dos variados segmentos (midiáticos, literários, sociais, jornalísticos, movimentos sociais, entre outros), de defesa ou de contestação dos Pareceres ou da denúncia.

Nele foi realizada uma análise dos discursos apresentados, observando de que segmento social ou público são oriundos e quais as considerações que foram atribuídas a Monteiro Lobato e à sua obra.

e) Conclusão

O último capítulo é constituído pelas análises dos argumentos utilizados para defesa e contestação dos Pareceres.

Nele há a concretização do objetivo que gerou este trabalho: a compreensão das vozes que emergiram publicamente com a publicação do Parecer e a análise de suas representações, a partir da consideração dos seus lugares de fala e concepções ideológicas que envolveram e influenciaram seus discursos.

Neste capítulo será possível traçar conclusões sobre a polêmica dos Pareceres CNE/CEB nº 05/2010 e CNE/CEB nº 06/2011, e apontar alguns dos processos de naturalização do racismo no nosso país.

2 METODOLOGIA

Este trabalho origina-se a partir das indagações surgidas nas vivências escolares, presentes nas discussões docentes, quando em confronto com as hipóteses sobre o conteúdo racista nas obras de Monteiro Lobato, especialmente em “Caçadas de Pedrinho”, devido a polêmica que gerou a partir do ano de 2010. A eminência desta pesquisa se deve ao fato de ser o espaço escolar, um local onde este escritor vastamente é reverenciado na literatura infantil, o que se contrapõe às atuais concepções em cena, sobre suas ideias racistas.

As análises são feitas tomando como pressuposto o reconhecimento da importância da linguagem e da forma como ela está vinculada do sujeito, constituindo mundo social, incluindo e excluindo, afirmando ou negando, demarcando fronteiras políticas entre a superioridade e a inferioridade, identidade e diferença, de acordo com as concepções do escritor.

Para a realização deste trabalho, foram levantados aspectos biográficos de Monteiro Lobato e também feito estudo da bibliografia que discute as marcações racistas em sua obra de referência: “Caçadas de Pedrinho”.

Num primeiro momento, foi feita a leitura do livro referenciado, procurando situá-lo na fase histórica em que foi escrito, contextualizando-o com as regulações hegemônicas sociais vigentes, desenvolvendo um olhar voltado para a realidade político-social da época.

Posteriormente, as oratórias descritas no livro, foram confrontadas com a denúncia feita à Câmara de Educação Básica de seu conteúdo racista, as quais foram pesquisadas sobre a ótica de sua pertinência.

Para análise do processo de elaboração do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, e de seu reexame CNE/CEB nº 06/2011, foram buscadas suas fundamentações, reportando-se às suas trajetórias anteriores, procurando identificar quais foram as razões que apontaram suas necessidades e suas propostas para o campo educacional e literário.

Foram examinados os Pareceres referenciados e feito um breve apontamento sobre as contribuições das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, explicitadas no Parecer CNE/CP nº 003/2004, da relatora e Conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, as quais os nortearam e os fundamentaram. (BRASIL, 2004)

Foi considerado neste trabalho, o caráter normativo do Parecer CNE/CEB nº 15/2010 destacando-se sua obrigatoriedade, seu teor e suas implicações sociais.

A apresentação do conteúdo do referido Parecer, denotou sua fragilidade, diante das ambiguidades presentes em suas narrativas, o que o tornou alvo de insistentes manifestações, que emergiram e prejudicaram seu entendimento e sua intencionalidade. Acusado de objeto de censura, gerou ridicularizações e críticas desmensuradas, algumas das quais, de maiores notoriedades e repercussão, foram selecionadas e são expostas para exame neste trabalho.

Procurando sinalizar suas controvérsias, seus aspectos políticos e ideológicos e as perspectivas que enunciam para a educação e a literatura brasileira, as diferentes posições em jogo nessas manifestações, foram demarcadas e consideradas em um contexto de relações socioculturais contemporâneas.

A análise dos os sujeitos, das expressões linguísticas e argumentos utilizados para defesas e ratificações do Parecer e da obra, foram analisadas, atentando-se para as diferentes perspectivas em disputa nesse debate.

Os emaranhados ideológicos hierárquicos presentes nas discussões e geradas pelo Parecer em questão, foram observados, percebendo-se como e em que medida apontam para relações de poder e subordinação e para processos de naturalização e inferiorização racial.

O reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010 e sua motivação, foram pesquisados, apurando-se seu caráter normativo e sua posterior mudança de conotação, na qual a inserção de nota explicativa sobre o teor racista da obra lobatiana deixa de ter caráter de obrigatoriedade e passa para simples recomendação. Foi analisada sua ratificação e os caminhos trilhados pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para subsidiar a redação e elaboração do novo Parecer nº 06/2011, os quais foram apontados neste trabalho.

As contestações e apoio presentes nos discursos, sobre a ótica ideológica, foram analisados. Assim, alguns dados estatísticos relacionados ao fracasso e à evasão escolar são apresentados no capítulo 2 para melhor contextualização da realidade da população negra no Brasil.

A conclusão do trabalho tem seu embasamento no material pesquisado, o qual é procedido de um estudo crítico e minucioso dos trâmites e fundamentações dos Pareceres CNE/CEB nº 15/2010 e CNE/CEB nº 6/2011.

3 LITERATURA E REPRESENTAÇÃO HIERÁRQUICA DAS DIFERENÇAS

No cenário brasileiro e internacional, a discriminação racial é revelada em fatos e situações desumanas, injustas e indignas, retratadas em seu cotidiano em vários momentos e espaços sociais.

Persistentemente, o modelo branco eurocentrado é valorizado nas relações humanas, estabelecendo um modelo de cultura e subjetividade branca, manifestado em variadas situações políticas e sociais, o que torna necessário uma percepção crítica dos diferentes contextos em que este paradigma se estabelece, incluindo o literário.

Cotidianamente, no Brasil, assistimos a desigualdades e discriminações por raça, gênero, etnia, sexualidade, nível socioeconômico, deficiência física e motora, entre outras questões.

A porcentagem de alunos negros com mais de dois anos de atraso escolar chega a 14% no Brasil. Entre alunos brancos, a taxa cai pela metade: 7%. Além disso, apenas metade dos estudantes negros, ao atingir o 6º ano do Ensino Fundamental, tem a idade correta para o ano em que estuda. Os números estão na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

Dados como esses mostram que o fracasso escolar – entendido como baixo rendimento, repetência, abandono e evasão – atinge de formas diferentes estudantes que fazem parte de grupos distintos, quando observados aspectos étnico-raciais e que os alunos pretos abandonam e são reprovados com mais frequência do que brancos e pardos. Os números provam que o preconceito e a discriminação por raça/cor tem, de fato, impacto no desempenho educativo.

Em 2009, um estudo dos pesquisadores Ricardo Madeira, Marcos Rangel e Fernando Botelho, do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP), comparou as notas que os professores davam aos seus alunos com as notas obtidas pelos estudantes no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), a avaliação anual do governo paulista. Os dados mostraram que alunos negros e brancos com os mesmos resultados no SARESP, tinham notas diferentes dadas por seus docentes em sala de aula – as notas das crianças brancas eram maiores. Entre meninos e meninas, eram elas que apresentavam os melhores desempenhos, de acordo com os professores.

Alguns dados analisados revelam que meninos negros residentes no Norte e Nordeste, do país sem o Ensino Fundamental completo, têm 65% de probabilidade de chegar ao 5º ano tendo repetido um ano ou abandonado a escola no mínimo uma vez. De acordo com a análise, esse é o grupo mais propenso ao fracasso escolar.

Em contrapartida, no outro extremo, meninas brancas da região Sudeste que têm pais com Ensino Médio completo, apresentam a mais baixa probabilidade de fracasso escolar avaliada: 10%.

Os dados ainda revelam que ser negro aumenta a probabilidade de fracasso escolar da criança entre 7 e 19 pontos percentuais, considerando apenas as crianças com pais que completaram a Educação Básica.

A segregação social e as dificuldades de implantação de políticas afirmativas sustentam quadros de pobreza, violência, discriminação, dificuldade de ascensão social e de acesso ao mercado de trabalho, aos bens de consumo e ao atendimento de necessidades básicas de saúde e educação (permanência e ensino) para a população negra brasileira.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 1995, 15,5% da população com 15 anos ou mais de idade não sabia ler nem escrever; este percentual caiu para 9,7% em 2009. No entanto, neste mesmo ano, encontra-se, na região Nordeste, 20,5% de negros em situação de analfabetismo, contra 14,2% dos brancos. Na área rural nordestina, identifica-se que 32,6% das pessoas não tiveram acesso à educação formal.

Observa-se que a média de anos de estudos da população com 15 anos ou mais de idade aumentou de 5,5 anos, em 1995, para 7,5 anos, em 2009, representando um aumento de 2 anos no período. Considerando-se a população negra, identifica-se um aumento de 2,4 anos no mesmo intervalo, o que não representa ainda o rompimento das desigualdades: em 2009, os/as negros/as tinham 6,7 anos de estudos, contra 8,4 anos da população branca.

No geral, a cobertura escolar – que representa o percentual de pessoas que frequenta escola ou creche – aumentou, passando de 54,7%, em 1995, para 64,5%, em 2009, ficando, ainda, aquém da demanda. O grande desafio parece ser a educação infantil. Observa-se que, embora nesses 14 anos, a cobertura na idade de 0 a 3 anos tenha mais que duplicado, saindo de 7,6%, em 1995, e alcançando 18,4%, em 2009, ela não conseguiu atingir a metade da meta prevista no Plano Nacional de Educação, que era de 50% até 2010. Os números são ainda mais

incipientes na zona rural, onde há uma cobertura de apenas 8,9%. Considerando-se as desigualdades raciais, em 2009, 20,2% das crianças brancas entre 0 e 3 anos estavam matriculadas em creches, contra apenas 16,7% de crianças negras. Observa-se que a distorção idade-série aumenta de acordo com o avançar das séries e o nível de ensino. No entanto, identifica-se que, entre 1995-2006, houve um decréscimo de 42% para 20,8% na distorção idade-série de 1ª e 4ª série. Em 2007, este percentual atingiu 23,4%, chegando a 23,7% em 2009. Tanto no ensino fundamental como no ensino médio, observa-se a maior distorção idade-série entre crianças e jovens negros do sexo masculino. No ensino médio, a taxa de distorção idade série atinge 41,0% dos jovens negros, contra 26,9% dos jovens brancos. No entanto, atinge 38,2% das jovens negras, contra 24,1% das mulheres brancas.

Em 1995, a taxa de escolarização líquida no ensino superior que mede a proporção de pessoas matriculadas no nível de ensino adequado para sua idade era de 5,8%, chegando, em 2009, a 14,4%.

Neste mesmo ano, esta taxa era de 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a população negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros. Em 2009, a taxa de escolarização das mulheres no ensino superior era de 16,6%, enquanto a dos homens, de 12,2%. A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%.

As políticas de expansão das universidades, o Prouni, as ações afirmativas e outras políticas têm contribuído para os avanços nesta área, no entanto, as desigualdades raciais que determinam e limitam as trajetórias de jovens negros/as explicam a discrepância dos dados.

Embora, identifiquem-se avanços em muitos dos indicadores do Retrato das Desigualdades, alguns desafios históricos se apresentam no caminho do cumprimento do 2º Objetivo do Milênio, que é “garantir educação básica de qualidade para todos”.

Direitos e dignidade cidadã como este, ainda são negados, às pessoas que não correspondem aos modelos hegemônicos, demonstrando que o negro não tem a devida importância dentro da sociedade brasileira. A discriminação étnico-racial, é transmitida pela própria escola de forma pseudo-natural, o que se torna ainda mais perverso, porque atribui à pessoa discriminada, a culpa pelo seu fracasso escolar.

Evidentemente, as experiências vividas pelos estudantes, tem impacto direto em sua permanência, progressão e desempenho na escola. A maioria das práticas educacionais é calcada em pensamentos homogeneizadores, que preconizam a ideia de que todos são iguais, pessoas de direitos onde existe um bem comum, mas colocam em prática formas de regulação social, eficientemente classificando e minimizando as diferenças entre os estudantes, valorizando e maximizando as semelhanças, excluindo aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades, através de uma concepção meritocrática, que tem como princípio que todas as pessoas tiveram acesso às mesmas oportunidades, o que comprovadamente, como se pode observar nos próprios dados estatísticos acima expostos, que é uma falácia.

Na verdade, estas práxis educacionais são excludentes e atuam através de um processo que reduz o sucesso escolar à cognição, à mera transmissão de conhecimentos, desconsiderando-se toda a diversidade existente no espaço escolar e no sujeito propriamente. As diferenças são suprimidas e marginalizadas pelo padrão instituído hierarquicamente como superior e de maior valia. Assim, as práticas sociais de normatização são produzidas e reproduzidas no contexto escolar, agindo como reprodutores e mantenedores da desigualdade, provocando a evasão e a repetência escolar.

Notavelmente Nilma Lino Gomes (2010), ressalta a importância se observar a forma como é representado o negro na literatura infantil, como é retratado e quais ideologias são inerentes a seus personagens, quais são as suas descrições e as formas narrativas. Para isso é necessário que tanto escola, quanto as demais políticas públicas, lancem olhares analíticos às suas formas de operar, afim de não se reforçar com um uso acrítico de determinados referenciais a hegemonia branca e a subalternização e discriminação negra (GOUVEIA, 2005; LAJOLO, 1998; VASCONCELOS, 1982).

Segundo Homi Bhabha (2005), é preciso se pensar a sociedade contemporânea, considerando os elementos narrativos, analisando-os, como um intrínseco e complexo processo de identificação cultural e social; compreendendo suas estratégias e interpelações discursivas e narrativas sociais e literárias.

4 O LIVRO “CAÇADAS DE PEDRINHO”, A DENÚNCIA FEITA À CÂMARA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E OS PARECERES: CNE/CEB n° 15/2010 E DE REEXAME CNE/CEB n° 6/2011

A obra “Caçadas de Pedrinho”, destaque na mídia e redes sociais contemporâneas, foi escrita em 1933, faz parte do Programa Nacional do Livro, é indicada e distribuída para as escolas brasileiras e é considerada de grande notoriedade no cenário nacional, especialmente no meio educativo, como clássico da literatura infantil. No entanto, autor e obras carregam signos linguísticos que precisam ser extrapolados para além do senso comum e serem submetidos a uma avaliação minuciosa, que englobe uma leitura de mundo, com enfoque crítico e voltado às marcas discursivas e peculiaridade dos personagens. Este é o argumento central do Parecer do Conselho Nacional de Educação/MEC (CNE/CEB n° 15/2010), que solicita a retirada da obra do Programa Nacional do Livro. Foi no contexto de publicação deste parecer que o referido livro se constituiu como pivô de grande polêmica e discussões nas redes sociais e nos setores públicos e políticos brasileiros. (Parecer CNE/CEB n° 06/2011).

Os pareceres selecionados para esse trabalho foram redigidos por Nilma Lino Gomes (professora da UFMG, integrante do CNE desde 2010 - Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial).

É importante descrever a trajetória das discussões étnico-raciais desenhadas no processo político pedagógico, a qual originou as atuais discussões e legislação em vigor. Destaca-se o Parecer CNE/CP n° 003/2004, que tem como relatora a Conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e sua aprovação em 10/03/2004, que serviu como referência e fundamentação para as discussões vindouras, especialmente para a elaboração do Parecer que o sucede CNBE/CBE n° 15/2010 e que buscou nele seu embasamento. (BRASIL, 2004).

Este Parecer regulamenta a alteração trazida pela Lei n° 10.639/2003 à Lei n° 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), a qual torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica e trata da importância da discussão das relações étnico-raciais no ambiente escolar. É considerado um dos principais resultados das reivindicações do Movimento Negro para uma educação voltada para os princípios de cidadania. Está em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), o qual promulga que a Educação Básica deve favorecer os/as estudantes para que sejam

capazes de “conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro” (BRASIL, 1998) e é importante para a implementação de uma prática pedagógica voltada para o exercício e formação cidadã, e para legalizar o estudo de temas da história e cultura afro-brasileira e africana.

O Parecer CNE/CEP nº 003/2004 age decisivamente sobre as ações educativas e tem grande repercussão no meio educacional. Seu objetivo principal é reparar danos causados sobre a identidade e cultura dos afrodescendentes e combater o racismo e as discriminações. Aponta para relações étnico/raciais positivas, e para o fortalecimento do povo negro, destacando sua importância na história e cultura brasileira e valorizando-o. Orienta para que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira sejam ministrados dentro de todo o currículo escolar e que sejam desenvolvidos de forma articulada com as outras áreas do conhecimento, e que o ensino de Ciências deva se pautar também na formação voltada para o exercício da cidadania e das relações étnico-raciais.

5 MOBILIZAÇÃO PÚBLICA: TENSÕES LIGADAS AOS PARECERES CNE/CEB nº 15/2010 E CNE/CEB nº 6/2011

A publicação do Parecer CNE/CEB nº 15/2010 e do seu reexame (CNE/CEB nº 6/2011) gerou manifestações, as quais afirmavam que os pareceres se destinavam a vetar a obra “Caçadas de Pedrinho”. Contudo, o Conselho Nacional de Educação tinha esclarecido, em nota oficial e em artigo assinado pela relatora e pelos seus dirigentes, que esse não era o teor do Parecer aprovado pela Câmara de Educação Básica, reafirmando, na ocasião, que os pareceres na verdade, recomendavam que este livro só devesse ser utilizado quando o professor tivesse a compreensão dos processos históricos que geram o racismo no Brasil.

Pessoas de reconhecimento público das áreas de Ciências Humanas e Sociais, como filósofos, sociólogos, políticos, imprensa, movimentos sociais, literários e sociedade em geral, apresentaram posicionamentos muitas vezes controversos entre si, alguns favoráveis outros contra a denúncia e consequentemente aos Pareceres.

Uma análise detalhada estas interpretações, possibilitou a delimitação dos posicionamentos em três demarcações distintas: uma favorável aos Pareceres do Conselho Nacional de Educação, entendendo-o como pertinente a denúncia da ideologia racista contida na obra “Caçadas de Pedrinho”, do autor.

Outra posição defendida é a que, embora reconheça a presença de trechos racistas nas obras de Monteiro Lobato (e não apenas em “Caçadas de Pedrinho”), racionaliza e justifica as marcas da diferença, justificando-as a partir da contemporização deste autor à sua época de vida e à sua classe social, historicamente marcada pela ideologia racista de subalternização do povo negro.

A terceira demarcação é a que se contrapõe ao Parecer e denúncia feita pelo Professor Antônio Gomes da Costa. Esta ideia considera que, ao contrário, ao inserir o negro como protagonista em sua produção literária, Monteiro Lobato o reconheceu e o valorizou. Este segmento se posicionou contra o primeiro Parecer CNE/CEB nº15/2010, rapidamente após a sua divulgação.

Em 05 de Novembro de 2010, a Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), publicou numa Carta Aberta, um pronunciamento que buscava o apoio de entidades culturais e especialistas da área de literatura, que compartilhassem da mesma opinião, intervindo e manifestando no debate.

Como pode se perceber pela carta abaixo é notória a necessidade de se expor que este documento tem sua origem no meio intelectual, fato este que se pressupõe, permitiria uma interpretação mais especializada sobre os aspectos literários e culturais, através da compatibilidade de ideais deste meio:

CARTA ABERTA. A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA – ABRALIC, em vista da divulgação do parecer 15/2010, aprovado no âmbito da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e seus desdobramentos, vem a público manifestar seu apoio a entidades e especialistas da área dos estudos literários e culturais que já intervieram neste debate ressaltando as seguintes posições: 1. Nosso repúdio a quaisquer formas de censura às manifestações estético-culturais; 2. Nossa recusa a formas de abordagem da literatura e da arte que se limitem a uma dimensão estritamente conteudística, minimizando a relevância de sua função estética; 3. Nossa rejeição a tendências que submetam os repertórios literários a formas de revisionismo pautadas por propósitos higienizadores de qualquer ordem; 4. Nossa resistência a procedimentos que produzam artificialmente o apagamento da diversidade e complexidade das representações da sociedade presentes na produção literária de qualquer época; 5. Nossa condenação a ações que camuflam as insuficiências do sistema de formação dos professores, julgando reparar tais problemas com notas editoriais ou recomendações pontuais; 6. Nosso desapeço por posições que subestimem a força humanizadora da leitura do texto literário, por sua capacidade de propiciar a experiência do deslocamento do ser humano para além de suas vivências individuais ou grupais, uma das formas relevantes para o combate à ignorância e superação dos preconceitos. Assim sendo, a Associação Brasileira de Literatura Comparada – ABRALIC manifesta-se em defesa da liberdade de expressão e do amplo acesso dos professores e demais leitores a todas as formas de produção literária. Para tanto, consideramos da maior importância que se assegurem condições apropriadas para a formação e o exercício profissional dos professores, agentes decisivos no processo de constituição de práticas de leitura densas, fundamentais para o pleno exercício da cidadania. Marilene Weinhardt, 05 de Novembro de 2010. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA, 2010).

A ABRALIC discorda publicamente das revisões feitas com intuito de localizar trechos tidos como inadequados, mas contraditoriamente, em sua crítica, utiliza termos carregados de significado, como por exemplo, “propósitos higienizadores” e outras expressões que denotam um reconhecimento implícito de que existem marcas na literatura lobatiana, de cunhos raciais. Ao mesmo tempo, ao enfatizar a importância do caráter estético da obra em detrimento de suas outras possíveis condições, desconsidera haver nela as marcações de discriminação racial, tornando seu sentido único, desconexo de qualquer princípio ideológico, o que demonstra uma imparcialidade sob as releituras das obras literárias.

A Associação também mostra seu desagravo quanto às orientações do Conselho Nacional da Educação, para que se coloquem notas sobre o livro não só

Caçadas de Pedrinho, como em qualquer obra de situação semelhante. A Associação critica os cursos superiores de licenciatura, que, conforme ela, são ineficazes na formação de professores, e não os qualifica o suficiente para que desenvolvam leitura crítica com os estudantes com que virão a lecionar.

A instituição literária ressalta a liberdade de expressão e o papel fundamental do professor para formação de leitores críticos, capazes de inferir significado e terem discernimento sobre a obra literária.

A carta finaliza defendendo uma certa força humanizadora, desconsiderada pelo Parecer; pela qual as pessoas são capazes de extrapolar sua vivência individual e social, podendo combater assim o preconceito e a ignorância. A autonomia do leitor, mediada pelo bom professor, é capaz de por formar leitores críticos, com discernimento e de exercer plenamente sua cidadania.

Um protesto público importante, denominado LOBATO, LEITURA E CENSURA ocorreu em 04 de novembro de 2010, através do abaixo-assinado, elaborado por alguns escritores de renome, como Ana Maria Machado, Bartolomeu Campos de Queirós, Lygia Bojunga, Pedro Bandeira, Ruth Rocha e Ziraldo. Os literatas aclamam Monteiro Lobato como um notável escritor, responsável por influenciar e estimular a vocação e formação de grandes autores brasileiros, inclusive sendo capaz de servir de modelo para eles próprios, conforme se pode inferir a seguir:

Os abaixo-assinados, escritores brasileiros que, como Monteiro Lobato, tem suas obras destinadas às crianças brasileiras, vêm, através deste documento, apresentar seu desgosto e desacordo ao veto do Conselho Nacional de Educação ao livro *As Caçadas de Pedrinho*, do nosso grande autor. Suas criações têm formado, ao longo dos anos, gerações e gerações dos melhores escritores deste país que, a partir da leitura de suas obras, viram despertar sua vocação e sentiram-se destinados, cada um a seu modo, a repetir seu destino. A maravilhosa obra de Monteiro Lobato faz parte do patrimônio cultural de todos nós – crianças, adultos, alunos, professores – brasileiros de todos os credos e raças. Nenhum de nós, nem os mais vividos, têm conhecimento de que os livros de Lobato nos tenham tornado pessoas desagregadas, intolerantes ou racistas. Pelo contrário: com ele aprendemos a amar imensamente este país e a alimentar esperança em seu futuro. Ela inaugura, nos albores do século passado, nossa confiança nos destinos do Brasil e é um dos pilares das nossas melhores conquistas culturais e sociais. Ana Maria Machado, Bartolomeu Campos de Queirós, Lygia Bojunga, Pedro Bandeira, Ruth Rocha, Ziraldo. (MAIS ESCRITORES..., 2010).

Outra grande repercussão aconteceu no início de 2011, um bloco de carnaval do Rio de Janeiro, que tradicionalmente tem como tema assuntos políticos

polêmicos do Brasil (bloco “Que merda é essa?”), se baseou na discussão do Parecer CNE/CEB nº 05/2010 para a composição do seu samba-enredo, acreditando ser este, um veto à obra de Monteiro Lobato. A letra da música denominada “É proibido proibir”, satiriza a polêmica, como se pode ver no trecho a seguir: “... Tia Nastácia, sai da cozinha! Vem sambar! Para ser destaque em Ipanema, a Dona Benta acende o fogo em seu lugar...” (SEDA, 2011).

O escritor Ziraldo criou, para estampar as camisas do bloco carnavalesco, um desenho irônico em que Monteiro Lobato aparece abraçado a uma mulata de curvas salientes.

O site “Opinião e Notícia” publicou a declaração de Ziraldo, na qual ele tentava explicar o motivo da sua criação:

Para acabar com a polêmica, coloquei o Monteiro Lobato sambando com uma mulata. Ele tem um conto sobre uma negrinha que é uma maravilha. Racismo tem ódio. Racismo sem ódio não é racismo. A ideia é acabar com essa brincadeira de achar que a gente é racista. (ZIRALDO apud SOUZA, 2011).

Protestos ferrenhos emergiram após a exibição nos meios públicos da camisa criada por Ziraldo e este pronunciamento, entre estes, destaca-se a carta aberta da escritora Ana Maria Gonçalves (2011).

A carta descreve diversos trechos das obras dos dois autores: Ziraldo e Lobato, para provar a presença do racismo em ambas. Critica o fato a mulata estar ao lado de Monteiro Lobato em sua ilustração, especialmente por se tratar de uma pessoa que teve grande ódio e desprezo pelos negros.

Gonçalves em seu debate expõe com clareza que Monteiro Lobato tem ideias racistas, o que vai de encontro a uma corrente de pessoas que se identificam com o mesmo pensamento e se manifestam nesta discussão, utilizando para isto citações de trechos de cartas e Monteiro Lobato a seu amigo e escritor Godofredo Rangel, com o médico e eugenista Renato Kehl e com seu companheiro sanitarista Arthur Neiva.

A escritora se dirige a Ziraldo questionando seus conhecimentos a respeito de Monteiro Lobato e seu racismo. Rebate a declaração de Ziraldo sobre o que é o racismo e afirma que:

Racismo não nasce do ódio ou amor, Ziraldo, sendo talvez a causa e não a consequência da presença daquele ou da ausência desse. Racismo nasce da relação de poder. De poder ter influência ou gerência sobre as vidas de quem é considerado inferior. (GONÇALVES, 2011).

Reforçando sua posição, Ana Maria Gonçalves alega que Lobato sempre se referiu a negros e mulatos com ódio, com desprezo, afirmando sua superioridade. Gonçalves ainda menciona o fato de que o livro “O choque das raças” ou “O Presidente Negro” (1926) teve sua publicação rejeitada e repudiada nos Estados Unidos, país reconhecidamente conflituoso em questões de diferenciação de brancos e negros, porém aqui, no país, foi publicado.

A escritora também problematiza as relações entre as personagens “O Menino Marrom”(1986) e compara os discursos de Ziraldo em “Menino Maluquinho” e de Monteiro Lobato. Procura ainda, salientar os problemas raciais brasileiros, inclusive os presentes no ambiente escolar, nos quais as obras de lobatianas estão inseridas.

Para fomentar mais ainda a discussão, o samba enredo do bloco carnavalesco, alude em seu refrão, a polêmica, demonstrando em seus versos, uma crítica direta aos pareceres do CNE.

Ao ser entrevistado por Arnaldo Bloch, Ziraldo fez uma declaração controversa e alegou ter mudado de opinião quanto à presença do racismo na obra de Monteiro Lobato, conforme descrito a seguir:

[...] Quando fiz a camiseta para o bloco Que Merda é Essa, não conhecia ainda as cartas e os textos para adulto que seriam publicados pela imprensa em seguida. Mudei de ideia, claro. A prova de que Monteiro Lobato era racista é exuberante e bem documentada. Ele era eugenista. Chega a dizer que o Brasil não atingiu o nível de civilização para ter uma Ku-Klux-Klan. Só não fiquei mais triste porque, na verdade, nunca fui realmente um fã. Sempre fui mais de Super-Homem e Fantasma. Agora, na obra infantil ele continua a ser o criador de alguns dos personagens mais emblemáticos da literatura. Emília, junto com Capitu, Rê Bordosa e, agora, Carminha, é das personagens femininas mais importantes. E Tia Nastácia é a mais simpática e a mais querida do - Sítio Il. Não precisamos proibir livros. Precisamos é melhorar a capacidade dos professores para discernir. Num país que tem 90% de analfabetismo funcional o pessoal devia estar preocupado em fazer uma revolução em que nenhuma criança cresça sem aprender a ler, escrever, contar e interpretar. (ZIRALDO, 2012).

É perceptível que Ziraldo ao mesmo tempo em que declara sua admiração por Monteiro Lobato (cujo acervo literário, conforme ele, ainda serve de modelo para

a formação dos melhores escritores do Brasil), afirma que nunca foi realmente seu fã, mas enaltece as personagens Emília e Tia Nastácia.

Assim, o Parecer suscitou várias manifestações, dentre eles, a do então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, que em Novembro de 2010, declarou na sede da OAB-PR, que o Conselho Nacional de Educação deveria desculpar-se com o país por ter insultado a cultura brasileira e a memória de Monteiro Lobato, e rever seu documento, absurdo. (OAB..., 2010).

A Academia Brasileira de Letras, em 05 de Novembro de 2010, publicou a seguinte afirmação de seus acadêmicos:

Cabe aos professores orientar os alunos no desenvolvimento de uma leitura crítica. Um bom leitor sabe que Tia Nastácia encarna a divindade criadora dentro do Sítio do Pica-pau Amarelo. Se há quem se refira a ela como ex-escrava e negra, é porque essa era a cor dela e essa era a realidade dos afrodescendentes no Brasil dessa época. Não é um insulto, é a triste constatação de uma vergonhosa realidade histórica. (ACADEMIA ..., 2010).

Nesta publicação, a ABL transfere ao professor a incumbência de formar estudantes capazes de discernir criticamente e contextualizar a obra à sua época, considerando que essa era a condição de todos os negros neste período histórico, conseqüentemente as referências à personagem Nastácia como negra e ex-escrava, são resultantes da própria e vergonhosa realidade brasileira e suas relações étnico raciais.

A academia afirma que esses livros são motivo de orgulho para uma cultura, que muito poucos personagens de livros infantis pelo mundo afora são dotados da irreverência de Emília ou de sua independência de pensamento. Raros autores estimulam tanto os leitores a pensar por conta própria quanto Lobato, inclusive para discordar dele. Dispensá-lo sumariamente é um desperdício. A obra de Monteiro Lobato, em sua integridade, faz parte do patrimônio cultural brasileiro e apelam para o ministro da Educação, no sentido de que se respeite o direito de todo cidadão a esse legado.

A declaração termina com um apelo ao então Ministro da Educação, Fernando Haddad, para que não acatasse as sugestões dadas pelo CNE, não inserindo notas explicativas nas obras.

Durante toda a polêmica do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, termos discursivos foram utilizados erroneamente, reforçando a ideia de banimento, censura, veto não só a literatura as lobatiana como a Monteiro Lobato.

Várias matérias jornalísticas foram editadas, francamente se posicionando contra o parecer.

Devido a forte manifestação midiática, o parecer ainda não sancionado, pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, foi devolvido para a CNE/CEB para reexame.

Na tentativa de se corrigir qualquer interpretação não condizente com o real teor deste documento, foi produzido o Parecer CNE/CEB nº 06/2011; mas ainda assim não houve retificação das oratórias que se pronunciavam a respeito dos dois pareceres de forma equivocada.

[...] 68% das matérias pesquisadas sobre o assunto apresentam posições contrárias aos pareceres. Se descontarmos as matérias meramente informativas (26%), e tomarmos somente as opinativas, vemos esta proporção aumentar para 92%, enquanto meros 6% expressam opinião favorável. Importante também é notar que quase metade das matérias opinativas (42%) abordam a questão do politicamente correto para comentar o caso. Dessas, todas menos uma são críticas ao que identificam como politicamente corretos, e esta única matéria é neutra. (FERES JÚNIOR; NASCIMENTO; EISENBERG, 2012, p. 76).

A imprensa teve forte atuação nos debates, fenômeno que fez com que os jornais retomassem o assunto. Ressurgem pronunciamentos acusando o Parecer de ser uma forma de censura ao livro de Monteiro Lobato, desqualificando os debates e argumentos favoráveis a ele, ironicamente denominando-os de “politicamente corretos”, considerando-os como extremamente ideológicos e políticos partidários, acusando-os se tratarem o parecer de como uma forma de falsa política afirmativa. Há também, nos pronunciamentos, uma tendência a responsabilizar o Partido dos Trabalhadores, pelo movimento ideológico que originou o parecer. Algumas palavras e expressões de forte conotação foram pejorativamente associadas ao que se dizia “politicamente correto”, como “patrulha”, “policiamento”, “métodos repressivos”, “cerceamento de liberdade”, “gigolôs da ideologia”. Para ilustrar, abaixo pronunciamento do membro da Academia Brasileira de Letras Evanildo Bechara: “Quem pede a suspensão de uma obra por ela conter um termo considerado discriminatório está assassinando a cultura brasileira, que a cada dia é torpedeada por novas empreitadas da patrulha do politicamente correto”. (BARRUCHO, 2012).

Como se pode ver, o uso da linguagem inapropriada é utilizado para desqualificar os pareceres, especialmente o termo “politicamente correto”.

Esta ideia gerou inúmeras associações inadequadas, como a de ligações à repressão militar e ao policiamento, a intolerância, ao fascismo, ao assassinato da cultura brasileira.

É preciso ensinar a sociedade a ser saudável. O Estado politicamente correto sabe o que é bom para você. Em nome da modernização dos costumes, assiste-se a uma escalada medieval de proibição da propaganda de produtos que fazem mal, e de obrigatoriedade de mensagens que fazem bem. Até a obra de Monteiro Lobato quase entrou na dança: lá se crivada de notas explicativas a cada aparição de Tia Nastácia, em defesa da honra dos afrodescendentes. Os justiceiros do Conselho Nacional de Educação ainda não desistiram de corrigir o escritor. (FIUZA, 2011).

Distintas acusações e opiniões são manifestadas, a maioria discordante dos pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE). Humberto Viana Guimarães, colunista do Jornal do Brasil, manifestou sua opinião:

Lobato, que além de escritor foi um grande entusiasta na criação da Petrobras, de herói, agora querem transformá-lo e a sua brilhante obra em racistas, com chavões do tipo “estereótipos raciais” Agora é Lobato que é taxado de racista, e, amanhã quem será? Jorge Amado, Machado de Assis, Castro Alves ou Gilberto Freyre? (GUIMARÃES, 2010).

Em entrevista no blog do colunista do jornal “O Globo”, o literata Luís Fernando Veríssimo analisa a questão. Relata que sua filha, ao ler Monteiro Lobato para sua neta, ficou indecisa sobre como proceder quando se deparou com um trecho que falava de Tia Nastácia, optando então em censurá-lo.

Não me ocorreria que o texto era racista. Ou talvez ocorresse e eu o desculpasse, pois seria apenas um detalhe que em nada diminuía o imenso prazer de ler Monteiro Lobato. E escrito numa época em que o próprio autor não teria consciência de estar sendo ofensivo, ou menos que afetuoso com sua personagem. (VERÍSSIMO, 2012).

Esta declaração demonstra a falta de compreensão de Veríssimo no que tange as marcas de racismo e preconceito étnico-racial nas obras lobatianas e denotam sua incredulidade diante do aspecto ideológico presente nesta literatura.

Veríssimo declara ainda, que até a pouco tempo, os estereótipos raciais eram presentes como objeto de humor na televisão. Completa, afirmando que esta era uma atitude inocente, que não era por mal e que ninguém questionava.

A respeito do Parecer CNE/CEB nº15/2010 e CNE/CEB nº 06/2011, do Conselho Nacional da Educação, declara:

Minha posição sobre como o autor deva continuar sendo leitura deliciada das crianças apesar dos trechos abomináveis é um decidido ‘Não sei’. Fala-se que nas edições adotadas nas escolas conste uma explicação que coloque os termos repreensíveis no contexto. Não sei. O essencial é que não se prive nenhuma criança brasileira de ler Monteiro Lobato. (BRASIL, 2011).

Alberto Mussa, escritor carioca, em entrevista ao jornal “Rascunho O jornal de literatura do Brasil”, fez importante declaração, conceituando a obra de infantil de Monteiro Lobato, de genial, mas imprestável como leitura para crianças:

Você vai contextualizar historicamente um livro para uma criança negra de sete anos, que estuda numa escola de padrão alto onde todos os seus colegas são brancos? Vai pegar um livro que diz que a negra é burra, feia e fedorenta — que é como a Emília se refere à Tia Anastácia — e vai querer contextualizar isso historicamente? Esse livro é imprestável para ser usado numa sala de aula. Ele reforça esses estereótipos. Esse é um problema que trai o nosso racismo. Pegue os grandes autores: José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa. Os melhores. Você vai ver, neles, esse procedimento. É o personagem Fulano, o Sicrano e, na hora em que aparece o preto, é ‘o preto’. O preto Alguém. E, dali a pouco, esquece-se o nome do personagem e ele passa a ser só ‘o preto’, ou ‘o mulato’. Não é possível. A gente tem que encontrar outra forma de tratar disso. (MUSSA, 2011).

Mussa defende a interferência editorial, com a supressão ou a reescrita de todos os trechos considerados racistas na obra infantil de Monteiro Lobato, ou, advertência em que mencione que o livro contém expressões que se configuram como discriminação racial.

Suponhamos uma obra, um livro nazista, escrito por um ariano careca, muito pálido, de olhos azuis, com um metro e noventa e cerca de 40 quilos de massa muscular. Não acredito que a justiça brasileira permitisse que tal livro circulasse, menos por medo do autor que de sua ideologia. E ficaria eu decepcionado se soubesse ter havido alguém que reagisse contra a censura, em defesa do careca (MUSSA, 2011).

Com esta declaração, Mussa traça um paralelo entre os valores ideológicos racistas que alguns acreditam serem supostamente menos ofensivos do que os nazistas, isto se deve ao fato de que existe a crença acredita que o Brasil possui uma democracia racial.

Alberto Mussa opina que não é possível transferir a responsabilidade para a mediação da leitura crítica de obras com teores raciais para a formação dos professores, que são despreparados para trabalhar a temática racial e até mesmo a História e cultura da África (prevista em lei federal), nas escolas. Acredita que isso

seria ineficiente, o mesmo se aplicando á ideia de que a criança seja capaz de discernir e contextualizar a obra numa perspectiva histórico-social.

O escritor comenta, que Monteiro Lobato tinha valores eugênicos, acreditava que até o ano de 2000, a população brasileira teria passado por total branqueamento.

Durante o 2º semestre de 2012, a TV da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP TV), realizou algumas entrevistas significativas sobre a discussão dos pareceres Do CNE e do caráter racista das obras de Monteiro Lobato. É interessante analisar os depoimentos e opiniões, sob a ótica de sua representação e também do posicionamento dos entrevistados de acordo com sua área de atuação.

De um lado, os dois primeiros entrevistados tem origem respectivamente na liderança do Movimento Negro, Frei David Raimundo dos Santos e está ligado à área educacional, sendo fundador da Educafro, uma organização não governamental (ONG), do Movimento Negro e José Vicente, da área educacional, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares. Em seguida, há a síntese da entrevista feita ao professor João Luís Cardoso Tápias Ceccantini, do Departamento de Literatura da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Assis e de Marisa Philbert Lajolo, professora universitária e autora de literatura juvenil.

Entrevistado pelo jornalista Ederson Granetto, em 28/09/2012, David Raimundo dos Santos, discorreu sua opinião sobre a polêmica respeito do livro “Caçadas de Pedrinho”.

O frei afirmou veementemente que o livro contém elementos racistas e que por este motivo cobra dos órgãos competentes que cumpram a legislação por eles elaborada sobre o respeito à diversidade (SANTOS, 2012).

Santos diz que o tema traz consciência para a sociedade e que Monteiro Lobato, por ser um intelectual, deveria ter críticas a respeito dos erros do seu tempo. Mas ao contrário, era partidário de movimentos racistas e simpatizantes da *Ku Klux Klan*, fato que pode ser comprovado através de declarações em sua correspondência.

O religioso contrapõe o fato de que o MEC torna obrigatória a nota explicativa nos livros quando o assunto é ecologia, que grafia que era de 1920 foi atualizada e

coloca em questão o motivo para se resistir a atualização quando o assunto é o respeito ao povo negro, a igualdade e ao respeito as diferenças.

David Raimundo dos Santos afirma que a Editora Globo precisaria ser pressionada para alterar a edição do livro e colocar notas explicativas. Ressalta que no Parecer CNE/CEB nº 15/2010, isso é uma exigência. Porém, após sofrer pressão da Editora Globo, o MEC altera o Parecer, reexamina-o (Parecer CNE/CBE nº 06/2011) e elimina o termo “exige-se” e muda-o para “recomenda-se”.

Santos ressalta que recomendar não tem força de lei. Compara ao fato semelhante, ocorrido quando o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Democratas (DEM) determinaram que se tirasse o exigir e se colocasse o recomenda-se, no Estatuto da Igualdade Racial, o que o tornou ineficaz, inoperante, o que está sendo reproduzido no Parecer, o que é humilhante, porque o termo “recomenda-se” é inaceitável, recomendar é aceitar que as mudanças sejam feitas por escolha própria das editoras.

O frei alega que a intenção não é tirar o livro de circulação, mas sim colocar explicar (com a referida nota introdutória), como era tratado o negro na época para auxiliar a leitura das crianças e o trabalho dos professores, o que tem o intuito de salientar que aquelas manifestações se referem a um tempo em que aquelas atitudes eram comuns, mas que não devem ser reproduzidas.

O fundador da EDUCAFRO afirma que o negro ainda não tem importância no Brasil e reitera que Monteiro Lobato era conscientemente racista.

Entrevistado em 15/10/2012, o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, diz que é a primeira vez que um tema como este vai para a justiça, porque os valores sociais e grupais que hoje são importantes, antes eram despercebidos, prova de que o país está mudando; o Brasil reconheceu que somos um país racista, ideologicamente dividindo pessoas como superiores e inferiores. Por isso, uma obra tencionada tem que ser desconsiderada e papel do Estado é o de intervir. Por 350 anos o Brasil foi escravocrata e esta mentalidade se fortaleceu e se confirmou a partir da república, muitas obras foram advindas desta concepção de inferioridade do negro, o que se repetiu em toda a literatura, meios sociais e nunca entrou na agenda política. A Proclamação da República e a mudança de regime não teriam sido capazes de alterar essa mentalidade, a qual, conseqüentemente, teria se manifestado em todos os setores da sociedade (VICENTE, 2012).

O reitor afirma que se pode até ser racista, mas não se pode escrever isso, dentro de uma conduta legal, que tem fundamentos importantes, como o direito de livre expressão. Este direito tem que interagir e se relacionar com outro fundamental, que é o da dignidade e honra da pessoa e ambos são definidos na mesma Constituição Federal. O valor social de Monteiro Lobato permitia estereotipações, que agora não são mais permitidas, que o mundo está em fase de mudanças, as quais trazem à tona discussões como o racismo, discriminação. Ressalta que qualquer livro que traga alguma argumentação desta natureza não pode ser selecionado pelo MEC, que sala de aula é local onde se e forma a consciência e a cidadania. (VICENTE, 2012).

José Vicente considera ser necessária a contextualização de qualquer obra utilizada, porém salienta que não há uma exigência legal para isto e que os professores ainda não estão qualificados para tratar de questões desta natureza em sala de aula. Declara que o problema em discussão, ganhou conotação ideológica, quando deveria ser técnica. A regra tem que ser de tal forma, que se houver qualquer sinal de racismo, sexismo, ou discriminação por diferença, de qualquer natureza, deve-se prevalecer a lei, porque temos que nos adaptar a ela. O reitor lembra que a livre expressão é um o direito definido na Constituição Federal, mas que este direito em que interagir com outros direitos e se relacionar com a dignidade e honra da pessoa humana. (VICENTE, 2012)

Vicente alega que a “Academia” tem capacidade de criar um grupo de estudos, para avaliar as obras literárias e identificar as manifestações racistas; ressalta que o racismo sempre esteve na literatura de toda a natureza e nunca nada se manifestou, o que acarretou sérios prejuízos à sociedade. Se realmente somos um país com compromissos, com responsabilidades na valorização e respeito á dignidade das pessoas humanas, vamos ter que construir os mecanismos que permitam fazer com que isso prevaleça. (VICENTE, 2012).

O professor João Luís Cardoso Tápías Ceccantini, estudioso de Monteiro Lobato, ao ser entrevistado, pela UNIVESP manifesta sua opinião demonstrando firme e claramente, sua negação de que haveria marcas racistas propositais na obra de Monteiro Lobato. Ao contrário, as naturaliza, justifica e ridiculariza a ideia da presença de elementos eugênicos em sua literatura. Apresenta o escritor de uma forma extraordinariamente positiva, enaltecendo suas obras, preocupando-se em prejudicar sua imagem e sua importância literária, e chega ao extremo de acreditar

na inocência de Lobato e a sua falta de informação a respeito da *Ku Klux Klan*. Questiona sua simpatia com os valores eugênicos, ressaltando sua incredibilidade diante do humanismo de Lobato e criando argumentos que se tornam até mesmo contraditórios: nega a ideologia racista de Lobato, mas ao mesmo tempo afirma que a criança é seletiva e sabe como ler o que é bom para ela. Suas declarações são bastante contundentes, conforme se pode perceber através de sua entrevista descrita abaixo.

O repórter inicia o debate perguntando ao professor, se Monteiro Lobato era racista, ao que ele respondeu:

Eu acho que este contexto é muito forte: dizer que a obra de Lobato é racista é muito forte porque a gente tem que considerar a obra como um todo. A gente temia em alguns momentos, algumas expressões que Lobato acaba utilizando, que são fruto da sua época. A gente não pode esquecer, Lobato nasceu 1882, ele está assim com um pé numa sociedade que era muito racista, os negros estavam numa sociedade em transição, ele vivia aquilo tudo muito de perto, o preconceito e os problemas estavam todos disseminados na sociedade, assim como estão na nossa. (CECCANTINI, 2012).

O pesquisador reitera veemente que é um absurdo dizer que Lobato era racista, especialmente no que se refere à sua obra infantil. Exemplifica com a passagem do livro “Caçadas de Pedrinho” que causa muita polêmica, em que numa cena que julga cômica, Tia Nastácia trepa numa árvore, é tratada como uma macaca de carvão, porém em outra cena, uma branca também sobe numa árvore e Monteiro Lobato diz que ela sobe numa árvore como uma macaca. Conforme Ceccantini, quando Lobato chama tia Nastácia de negra e beiçuda, tem que se compreender a conotação que beijo tem no século XIX e início do século XX. Muitos autores usavam esta palavra, neutra, usada para designar lábio. Tem que se ver o contexto da obra pensar na tia Nastácia como um todo, pois ela representa o popular, desempenha um papel importante e de imensa afetividade tanto do grupo, tanto por ela quanto dela pelo grupo. (CECCANTINI, 2012)

O professor alega que não se deve julgar a obra pelos padrões de hoje, os deslizes linguísticos traduzem a visão da época. (CECCANTINI, 2012).

Conforme Ceccantini, simplesmente colocar etiqueta racista na obra de Monteiro Lobato é equívoco, mas se mesmo assim, um mediador, como pai ou professor, observar a presença de algum resquício que sobrou de uma sociedade profundamente racista, presente na obra, tem que discutir isso, mas não se pode

eliminar todo o poder criativo de Lobato com a criança, nos quais as crianças estão ligadas. (CECCANTINI, 2012).

O pesquisador acredita que possibilidade da criança negra, ao ler Monteiro Lobato, se sentir mal vai depender de cada situação, pois os leitores tem história de leitura e de vidas diferentes. Filho de militante do movimento negro, cujos pais são ligados a essas questões e criança mais velha, pode perceber isso e se sentir mal; porém através de sua pesquisa empírica com alunos, verificou que de um modo geral, as crianças não se atentam a isto, desde que não estejam num ambiente politizado de pessoas esclarecidas. Conforme ele, mesmo em outras questões em obras em que os adultos as dramatizam, com conotações maliciosas, como por exemplo, de violência, gênero, a criança consegue selecionar o que faz bem a ela, separa o que lhe interessa, sem maior mediação, da mesma forma, fica com a fantasia e é encantada pela obra do Lobato. (CECCANTINI, 2012).

O estudioso afirma que para o bom professor, que gosta, lê e conhece a obra e as crianças, nunca aparece este tipo de debate, porque ele quando necessário, traz o assunto á tona para debater, sem prejudicar a imagem de Monteiro Lobato; é importante não levantar esta questão para discussão com a criança, exceto se a ela for de forma espontânea para esse caminho. (CECCANTINI, 2012).

Ceccantini argumenta se alguém está se sentindo incomodado, não deve mascarar, mas sim mostrar que há um problema que está superado. (CECCANTINI, 2012).

O entrevistado ressalta que não é a questão de censurar autor e sua obra. Monteiro Lobato já foi alvo de inúmeros grupos da sociedade, porque sua obra é muito viva, não envelhece, isso torna inevitável que uma geração queira que a outra leia, assim sua obra não morre e é readaptada para outras mídias. Na verdade, não se pode subestimar o leitor e saber como trabalhar. Existe um senso comum sobre literatura, ficção. Ler um texto que tem representação racista não quer dizer que o leitor virá a ser racista. Há uma complexidade e as pessoas tendem a se proteger e tirar do texto o que é bom para elas. A relação do leitor com ficção é complexa. (CECCANTINI, 2012).

O pesquisador acredita que toda a polêmica de Caçadas de Pedrinho, partiu do prefácio explicando sobre a onça e pedindo desculpas para o leitor, porque as onças seriam maltratadas. Toda conotação ecológica é politicamente correta, mas que apesar de fazer sentido, pedir desculpas lhe parece desnecessário. O que

causa problema é o fato de que se pediu desculpas pela onça e não se pediu pela tia Nastácia. Só que aí vem o problema dos prefácios, das bulas. As notas tem a tendência editorial muito forte de subestimar o leitor em nome da crise da leitura, em nome de facilitar a vida do professor. Inchando e colocando notas explicativas, começa a se induzir a leitura, distorcê-la, atrofia-la. Se essa ação das notas foi a única possibilidade de se aceitar que o livro de Lobato circule, comprado pelo governo, isto é negociável desde que a nota seja inteligente e se não houver excessos. Mas é perigoso. (CECCANTINI, 2012).

Ceccantini cita o caso do livro “Negrinha”, que conforme ele é muito mais problemático por se tratar de literatura adulta, pouca gente vai ler porque este não é o conto mais importante de Lobato, tem representação do que o Movimento Negro coloca em discussão, mas com acusação equivocada. Diz que sempre leu “Negrinha” como conto de denúncia de como era o racismo. Para o Movimento Negro é um livro muito mal visto hoje, porque sempre julgam os autores com os valores de hoje. (CECCANTINI, 2012).

Quanto as cartas levantadas recentemente contendo questões eugênicas e a simpatia pela *Ku Klux Klan* de Lobato, Ceccatini diz que é necessário que isso seja mais bem estudado, mas que Lobato era um homem do seu tempo e todos os seus contemporâneos, autores poderosos, comungavam dessas ideias; só que sumiram, mas como Lobato está ligado ao universo infanto-juvenil e a grandes tiragens, isto vai sendo colocado em pauta, porém tem que se apurar exatamente em que medida é este racismo, em que contexto ele se coloca. Afirma não se sabe exatamente que o Lobato sabia da *Ku Klux Klan* naquele momento, porque o nível e a rapidez de informação que circulava eram diferentes de hoje. Considera que é muito estranho que Lobato fosse alguém que endossaria os horrores do *Ku Klux Klan* porque construiu uma obra profundamente humanista, lutando por valores democráticos, por respeito. Além disso, Monteiro Lobato fez grande revolução na literatura infantil, na sua obra a relação da criança com adulto era igual por igual. Não faz sentido a apologia de Lobato, porque seus valores eram da cultura greco-latina, fundada no humanismo, o que coloca em cheque todos os seus valores. Exemplifica com a publicação do livro “A Chave do tamanho”, em 1942, mostrando o absurdo que era a guerra, que era preciso condenar a violência, a desigualdade, o autoritarismo. Percebe que há uma tentativa de se criar um quadro do Lobato hoje, exorbitante, o que lhe parece exagerado e falso, descontextualizado. Afirma que a obra pode se

arrastar mecanicamente, se entrar no purismo, politicamente correto, censurado, e começar a se trocar e eliminar termos, e colocar notas (CECCANTINI, 2012).

O professor traça uma comparação ao afirmar que somos produto da nossa época e que vamos cometer preconceitos e deslizes: Jeca Tatu é exemplo: foi criticado em 1914, pelo Jornal "O Estado de São Paulo", pois o atraso brasileiro e a falta de saneamento, estavam sendo representados neste caipira, que os carregava nas costas, como todos os males do Brasil, metaforicamente na vida rural. Com o pensamento em movimento, à medida que a vida foi passando, com as críticas que recebeu, Lobato criou o Zé Brasil. Neste interim, o autor revê Jeca Tatu e não joga a culpa pelo atraso brasileiro nele, mas mostra que ele é produto deste atraso. Assim também, criou Tia Nastácia no começo da sua obra e ela foi recebendo outras representações mais positivas ao longo da carreira. (CECCANTINI, 2012).

A escritora e professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Presbiteriana Mackenzie, Marisa Lajolo, foi entrevistada em 20/09/12, pela UNIVESP, sobre a questão da polêmica do livro "Caçadas de Pedrinho" e demonstrou ter ideias muito semelhantes a Ceccatini. A literata traça inúmeras argumentações de defesa tanto de Lobato quanto de sua obra e nega com redundância que nela exista racismo. Lajolo reitera diversas vezes sua objeção a notas explicativas e tenta justificar esta posição no seu debate. Julga que Lobato, na verdade é uma vítima de perseguição por ser irreverente.

Para Lajolo, Monteiro Lobato é um dos mais queridos objetos de pesquisa e não insufla o racismo. A questão atual do racismo e preconceito na sua obra é uma oportunidade rara de se discutir literatura em termos sérios no Brasil, onde existe a queixa de que há poucos e maus leitores. (LAJOLO, 2012)

Pensa que Lobato não insufla o racismo, não transmite ideias preconceituosas, ao contrário acha que as pessoas leem Lobato e passam a ter uma perspectiva bastante positiva da Tia Nastácia. (LAJOLO, 2012)

Questionada sobre a conotação racista em duas passagens do livro "Caçadas de Pedrinho" (numa tia Nastácia é chamada de macaca de carvão e em outra Emília fala que ela tem carne preta), Lajolo respondeu que não se sabe claramente como negros leem esse livro. Sugere que se faça uma pesquisa sobre leitores, crianças e jovens, para saber se estes se sentem ofendidos pela passagem do livro. Estas passagens, segundo ela, estão desvinculadas do contexto do livro inteiro; não vê sentido em se dizer que Tia Nastácia é comparada a uma macaca, porque está

subindo em pernas de pau. Afirma que Monteiro Lobato usava este termo com todo mundo, não só tia Nastácia. Cita inclusive, o livro “O Macaco se fez homem”, título de um conto em que ele diz que o homem é que veio do macaco e o macaco que sofreu um acidente, batendo sua cabeça. (LAJOLO, 2012).

A pesquisadora entende que seja necessária uma leitura mais atenta e se ter mais confiança nos leitores.

Quanto à determinação do Conselho Nacional de Educação recomendando que haja no início do livro uma nota explicativa sobre a questão racista, a literata diz que nota é sempre uma interferência, uma espécie de gerenciamento na leitura e que o texto é autossuficiente para colocar de forma adequada a questão de racismo e preconceito à tona sociedade brasileira. Advertências são contraproducentes, sugerem a ideia de que o leitor é incapaz de entender o livro. (LAJOLO, 2012).

Marisa Lajolo argumenta que não é preciso treinar professor e sim formá-lo melhor, pois se bem informado ele é capaz de ler e trabalhar qualquer obra; uma criança que tem um professor bem formado pode perceber isso sem ser necessária essa ideia de notas de rodapé, alertas ao leitor.

Conforme ela, a ideia de ficar detectando passagens racistas na literatura é algo muito discutível e cita o exemplo de um e-mail que recebeu de uma professora, quando emergiu esta discussão, falando que era preciso também censurar Machado de Assis, que em uma passagem em “Memória Póstumas de Brás Cubas”, se refere a uma moça com defeito na perna, onde ele fala que ‘porque bonita se coxa, porque coxa se bonita?’ (LAJOLO, 2012).

O repórter lê a nota existente no livro “Caçadas de Pedrinho”:

Essa grande aventura da turma do Sítio do Pica Pau Amarelo acontece em um tempo em que os animais silvestres ainda não estavam protegidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) nem a onça pintada era um animal em extinção, como nos dias de hoje. (LOBATO apud LAJOLO, 2012).

A professora fala que esta nota é curiosa, porque ao começar falando “essa grande aventura do sítio”, já se acaba como suspense do livro. Compara então com a história do livro, relatando que nele, as crianças matam uma onça e o sítio é invadido por outras três. Acontece então uma assembleia entre os animais, que decidem invadi-lo. Conforme Lajolo, isto é uma prova dada pelo livro, da pouca importância que o ser humano dá ao planeta Terra e é um excelente momento para

se discutir este tema com a criança, não precisa, portanto, ter a interferência do IBAMA, colocando nota. (LAJOLO, 2012)

Conforme a professora é quase uma ofensa ao leitor ideia de que sem notas ele vai entender errada uma história, mesmo que seja criança, porque ela tem que aprender a ser independente. Os leitores são capazes de construir e criar significado para o que leem. Não há significados errados, sim a construção do que se lê. (LAJOLO, 2012)

A literata continua seu discurso citando o livro “Capitu”, de Machado de Assis, onde a palavra ressaca teve conotação de bebedeira e Capitu não era alcólatra. Comenta que não adianta ter nota de rodapé; o professor tem que aflorar isto e conversar com os leitores. (LAJOLO, 2012)

Lajolo afirma que se este episódio do debate sobre Monteiro Lobato, servir para conscientização da necessidade de formação do professor, como excelente leitor, para que seja um excelente guia de leitura para os alunos, valeu a pena. Que a educação existe para ensinar as pessoas a lerem e serem independentes na interpretação de leitura e que é plenamente possível se ensinar isso num curso pedagogia ou de magistério. Diz que é otimista e tem a impressão que o fato desse assunto ter chegado ao Supremo Tribunal Federal, fez com que se multiplicassem os agentes da discussão de leitura no país, o que é interessante. (LAJOLO, 2012)

A pesquisadora sugeriu a criação de um site para os leitores, onde pudessem falar suas opiniões sobre a obra, se ela é racista ou não, tirando a questão exclusivamente de especialistas. Sempre que se acredita que a legislação vai resolver coisas de cultura, há um grande equívoco. (LAJOLO, 2012)

Marisa Lajolo relata que Lobato já foi preso porque escreveu sobre o escândalo do petróleo, porque divergia da política getulista deste produto. Também disse que seus livros foram queimados nas escolas católicas no passado, porque achavam que ele pregava o ateísmo. Afirma que Lobato é sempre perseguido por alguma coisa. Seu valor maior se deve a sua irreverência e independência e o poder constituído tem medo disso. (LAJOLO, 2012)

Lajolo considera que não se deve por nota nenhuma, mas se tiver que colocar, deve se pedir ao leitor que se remeta a última frase do livro, e não colocar uma nota dizendo “veja leitor, como Tia Nastácia é injustamente maltratada por Emília”, mas: “se você se incomoda pelo tratamento recebido por Nastácia, leia até o

fim da história e pense no assunto”, o que conforme ela, é mais educativo do que qualquer outra nota.

O editor e filósofo Adilson Miguel (2013) escreveu um artigo interessante sobre o assunto. Argumentou, utilizando-se fatos e documentos, que Monteiro Lobato tinha ideias eugênicas e procura destacar este fato por diversas vezes. Detecta e cita trechos com conotações estereotipadas de seus personagens e elogia a iniciativa do Ministério da Educação na sua preocupação com o teor do acervo literário que vai para as escolas. Acredita ser necessária a contextualização da obra para maior esclarecimento ao leitor. Abaixo, a síntese de algumas de suas ideias.

Miguel afirma que muitos debates importantes são esvaziados ou se transformam em disputas pela maneira equivocada em que algumas questões são tratadas, sofrendo classificações do tipo positivas ou negativas. Assim tem sido a polêmica sobre o racismo em “Caçadas de Pedrinho”, onde as manifestações distorcem os fatos, ora ignorando-os, ora debatendo-os de forma apaixonada. Alguns acusam a obra lobatiana de racista outros tentam provar a todo custo que seus livros não o são. (MIGUEL, 2013).

O editor afirma que o fato de se tentar endeusar Lobato, faz com que seu papel e importância na história das artes e da literatura brasileira sejam ocultados. Seu trabalho como editor e divulgador de livros é mais valorizado do que sua obra literária. Lobato tinha ideias conservadoras, especialmente na área artística. Era intransigente e tinha pouca sensibilidade, o que foi apontado por diversos críticos da arte moderna, inclusive por Alfredo Bosi, que justifica que a distância que Lobato manteve do modernismo e do grupo que fez a Semana de Arte Moderna em 1922, se deve a sua visão moralista e seu didatismo polêmico. (MIGUEL, 2013)

O jornalista cita o artigo “Paranoia e Mistificação”, escrito em 1917 por Lobato e publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, na primeira exposição de pintura moderna de Anita Malfatti, que abalou e causou sérios problemas à artista e à sua carreira. (MIGUEL, 2013)

Em 1917, depois de estudar pintura em Berlim — onde teve contato com o expressionismo alemão — e Nova York, Anita Malfatti (1889-1964) fez a primeira exposição no país que se autodenomina “moderna”. A mostra entrou para a História pela crítica feroz de Monteiro Lobato, que condenou sua “arte caricatural” tipicamente europeia, vinculando-a a perturbação mental. Já para Oswald de Andrade, sua pintura causava “impressão de originalidade e de diferente visão”.

Cinco anos depois, Anita foi uma das principais atrações da exposição que abriu a Semana de Arte Moderna, com telas como “O homem Amarelo”, “A Estudante Russa” e “A Ventania”. A maior parte dessas obras, no entanto, era de anos anteriores, porque em 1922 Anita já tinha voltado a pintar de forma mais convencional. Miguel cita ainda Bosi, e sua concepção a cerca da literatura lobatiana:

Apesar de pontilhada de raro em raro por certas ousadias impressionistas, é uma prosa que não rompe, no fundo, nenhum molde convencional que situa sua literatura na tradição pós-romântica e o classifica como ‘moralista e doutrinador aguerrido’. (BOSI apud MIGUEL, 2013).

O editor relata que Bosi, considera que Lobato não apresenta avanços estéticos significativos em sua obra; sua maior contribuição é na literatura infantil, pela forma como ele se dirige à criança, sem recorrer a infantilizações, tratando-a de igual para igual, contando as histórias de forma a estimular a inteligência e imaginação do leitor; diz que muitas vezes seus textos trazem redundâncias na linguagem, mas que Lobato ainda assim, tem um papel essencial na literatura infantil e juvenil brasileira. Refere-se a Bosi novamente, citando que “seus limites estéticos, “derivam de um tipo de personalidade cuja direção básica não era a estética” (BOSI apud MIGUEL, 2013) em seguida faz uma citação de Cecília Meireles sobre os livros de Monteiro Lobato :

Recebi os livros de Lobato. [...] Ele é muito engraçado, escrevendo. Mas aqueles seus personagens são tudo quanto há de mais malcriado e detestável no território da infância. De modo que eu penso que os seus livros podem divertir (tenho reparado que divertem mais os adultos que as crianças), mas acho que deseducam muito. É uma pena. [...] Por nenhuma fortuna do mundo eu assinaria um livro como os do Lobato, embora não deixe de achá-los interessantes. (MEIRELES, apud MIGUEL, 2013).

Adilson Miguel continua manifestando sua opinião, alegando que não há como negar que Lobato acreditava na superioridade racial dos brancos, usa como comprovação suas cartas a amigos, que também eram grandes adeptos da eugenia, e adiciona ao artigo partes de algumas das correspondências:

País de mestiços, onde branco não tem força para organizar uma Ku-Kux-Klan (sic), é país perdido para altos destinos. [...] Um dia se fará justiça ao Ku-Klux-Klan; tivéssemos aí uma defesa desta ordem, que mantém o negro em seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca — mulatinho fazendo jogo do galego, e sempre demolidor porque a

mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva. (Carta a Arthur Neiva de 10 de abril de 1928 apud MIGUEL, 201).

Dizem que a mestiçagem liquefaz essa cristalização racial que é o caráter e dá uns produtos instáveis. Isso no moral — e no físico, que feiura! Num desfile, à tarde, pela horrível Rua Marechal Floriano, da gente que volta para os subúrbios, que perpassam todas as degenerescências, todas as formas e má-formas (sic) humanas — todas, menos a normal. Os negros da África, caçados a tiro e trazidos à força para a escravidão, vingaram-se do português de maneira mais terrível — amulatando-o e liquefazendo-o, dando aquela coisa residual que vem dos subúrbios pela manhã e reflui para os subúrbios à tarde. (Carta ao escritor Godofredo Rangel, de 1908 apud MIGUEL, 2013).

Meu romance não encontra editor. [...]. Acham-no ofensivo à dignidade americana. [...] Errei vindo cá tão verde. Devia ter vindo no tempo em que eles linchavam os negros. (Carta ao escritor Godofredo Rangel, sobre o romance O choque das raças ou o presidente negro, que Lobato pretendia publicar nos Estados Unidos). O livro relata um embate racial com a vitória final da “superioridade branca”. (Carta ao escritor Godofredo Rangel, de 1908 apud MIGUEL, 2013)

Miguel prossegue, argumentando que os defensores do escritor que conhecem o teor dessas cartas, argumentam que isso seria natural, devido à contemporaneidade de Lobato, na qual circulavam este tipo de pensamento. Considerando esta tese, poderia se justificar todas as arbitrariedades cometidas ao longo da história da humanidade, inclusive o nazismo. Sobretudo porque a eugenia não era aceita por todas as pessoas da época: muitas não concordavam com seus ideais e não aceitavam seus preceitos, e eram contrários a ela. Alega que é inevitável que as concepções racistas de Lobato estejam presentes em sua obra. Acrescenta na discussão, um trecho da carta que o escritor enviou a Renato Kehl, em 1930, falando sobre a necessidade de vulgarizar as ideias eugênicas (MIGUEL, 2013). “A escrita é um processo indireto de fazer eugenia, e os processos indiretos, no Brasil, ‘work’ muito mais eficientemente. Parece que, com intenção ou não, isso foi posto em prática.” (MIGUEL, 2013).

O editor afirma que ao contrário do que se fala, não é só Emília que usa expressões racistas quando se refere à Tia Nastácia, como “macaca de carvão”, “negra beijuda” ou “negra de estimação”. Outros personagens e o narrador, quase sempre se referem a ela como preta ou negra, muitas vezes a associando a adjetivos como pobre ou boa. Miguel também questiona o motivo pelo qual somente Nastácia é designada pela cor da pele, se seria ela uma “pobre negra” apenas por ser negra ou se a expressão “boa negra” poderia ser uma forma de se dizer “boa,

apesar de negra”? Diz que até mesmo a sua condição de inferioridade em relação aos outros personagens, demonstra manifestação racista. (MIGUEL, 2013).

O filósofo lembra que em “Reinações de Narizinho”, é a Narizinho que revela o modo como Lobato vê o negro. Pouco antes do espetáculo do circo de escavalinho, Tia Nastácia (que estava com vergonha de aparecer diante do público justamente por causa de sua cor) é introduzida da seguinte forma:

Também apresento a Princesa Anastácia. Não reparem ser preta. É preta só por fora, e não de nascença. Foi uma fada que um dia a pretejou, condenando-a a ficar assim até que encontre um certo anel na barriga de um certo peixe. Então o encanto se quebrará e ela virará uma linda princesa loura. (LOBATO apud MIGUEL, 2013).

Miguel afirma que isso é frequente nos livros de Lobato: as manifestações discriminatórias soam naturalmente e nunca são reprovadas. A criança que as lê pode nem perceber nenhum problema. Algumas pessoas dizem, em alguns contos, que o autor teria denunciado crueldades praticadas contra os negros escravizados, o que não atenua o fato de que ele acreditava na superioridade das pessoas brancas, provavelmente apenas era contra as crueldades existentes contra os negros escravizados. Defendendo Lobato, alguns ainda dizem que o tratamento que dispensava a Tia Nastácia era carinhoso, o que pode simplesmente ser visto como condescendência de quem vê o outro de cima, como inferior. (MIGUEL, 2013)

Conforme o crítico, o racismo brasileiro manifesta-se sutilmente, muitas vezes passando despercebidamente, de forma bastante naturalizada. Expressões e falas preconceituosas soam naturalmente e dissimulam ofensas e inferiorização do povo negro. Algumas pessoas chegam a referir a negros como “macacos”, sem se darem conta de que os eugenistas, para justificar a escravidão, classificaram os negros como uma espécie de humanóides, primatas. Chamar uma pessoa negra de “macaca” é resgatar o forte legado histórico da eugenia, com toda a carga de sofrimento que o povo negro vem sofrendo pelo racismo através dos séculos.

Assertivamente, Miguel opina que a luta contra o racismo só pode ser efetiva se combater as suas mínimas ocorrências, porque elas contaminam a sociedade e fazem com que se perpetue a segregação aos negros no Brasil. É importante que o governo brasileiro assuma o combate ao racismo como uma política de estado. Diante disso, é natural o fato de técnicos do Ministério da Educação se preocuparem

com manifestações racistas em obras que serão distribuídas nas escolas e devem ser lidas por crianças e jovens. (MIGUEL, 2013).

Miguel alega que enquanto uma criança lê uma obra literária, está se desenvolvendo e descobrindo como funciona o ato de ler, o que faz com que tenha interpretações muito particulares e individuais, por isso a mediação é importante para ajudá-la a contextualizar a obra. Não há como se dimensionar o que um texto racista pode lhe causar, porém afirmar que alguém se torna racista por ler Lobato desvirtua a discussão, inscrevendo-a no tipo de racismo naturalizado, em que a criança acha natural o fato dos negros estarem em situação de humilhação ou inferioridade. (MIGUEL, 2013).

O editor ressalta a importância de se pensar como se a sente criança negra, quando diante da leitura de um livro em que a única personagem da sua cor é o tempo todo ridicularizada, chamada por termos pejorativos como “macaca” ou “negra beijuda”. É possível que outras crianças a associem à personagem e comecem a lhe dar o mesmo tratamento, haja vista a frequente discriminação no ambiente escolar e o fato de que o racismo tem grande responsabilidade na evasão e baixo rendimento das pessoas negras. (MIGUEL, 2013).

O filósofo faz uma alusão ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) criado em 1977, que vem sofrendo aperfeiçoamento, o que é relevante e reconhecido. Seus editais tem como critério na seleção das obras “a ausência de preconceitos, estereótipos ou doutrinações”, o que não era objeto de questionamento, o que vai de encontro ao dever do estado de combater racismo em todas suas manifestações. (MIGUEL, 2013).

O editor segue sua argumentação, elogiando o Ministério da Educação, em se preocupar com distribuição de livros com teor discriminatório a crianças e jovens que estão em processo de formação. A recomendação de contextualização, feita pelo MEC, significa uma tentativa de banir as manifestações racistas — inclusive as sutis — e a perpetuação dos estereótipos. Acrescenta que Lobato não será banido das bibliotecas escolares. Mas é melhor que os seus leitores infantis tenham alguma indicação de que não é natural o negro ser humilhado, ainda que seja “de leve” ou “só de brincadeira”, porque as crianças estão em formação, e ainda não são capazes de fazer relações e compreender o contexto social e histórico das narrativas. (MIGUEL, 2013).

Adilson Miguel conclui dizendo que o que tem sido chamado de “ditadura do politicamente correto”, é uma distorção amplamente aceita no âmbito do “racismo sutil” brasileiro e que negar as atitudes discriminatórias, sob a ideia de não se submeter a tal “ditadura” é uma forma de realimentar a discriminação. (MIGUEL, 2013).

Marcelo Coelho, jornalista, sociólogo, colunista da “Folha de São Paulo”, fez uma publicação em 14/11/2010, na qual reconhece a que existe racismo, na obra de Monteiro Lobato. Critica a forma como Tia Nastácia é tratada no livro e demarca passagens estereotipadas escritas pelo autor. Como exemplo, o colunista cita uma passagem no livro “Ideias de Jeca Tatu”:

Enquanto colônia, o Brasil era uma espécie de ilha de Sapucaia de Portugal. Despejavam cá quanto elemento antissocial punha-se lá a infringir as Ordenações do Reino. E como o escravo indígena emperrasse no eito, para aqui foi canalizada de África uma pretalhada inextinguível. (LOBATO apud COELHO, 2010).

Coelho ressalta que a expressão "pretalhada inextinguível" é impactante mesmo para o início do século XX, independentemente das intenções do autor. Ainda hoje isto está na sua obra, mas é menos discutida do que sua literatura infantil. Lobato também dizia que o afrancesamento das elites era coisa de “macacos” (COELHO, 2010).

Quanto ao fato do autor utilizar negra como pronome em “Caçadas de Pedrinho”, diz que Tia Nastácia é uma personagem caricatural, descrita insistentemente com traços africanos em outras obras do autor e que frequentemente o leitor é lembrado de que a cozinheira é “preta”. (COELHO, 2010)

Ela arregala os olhos como "duas xícaras de chá"; resmunga, "pendurando o beijo"; apavorada ao ver um rinoceronte, cai desmaiada no chão, e o narrador comenta: "desmaio de negra velha é dos mais rijos". (LOBATO apud COELHO, 2010).

O jornalista comenta que a cor de Nastácia é citada “como uma espécie de pronome, para evitar a repetição do nome próprio: ‘a negra aproximou-se’, ‘a pobre negra era ainda mais desajeitada do que Rabicó’, ‘a pobre negra se convenceu’.” (COELHO, 2010). Atualmente, este vocabulário não é utilizado por nenhum escritor e embora se ironize a ideia do “politicamente correto”, evita-se este tipo de caracterização. (COELHO, 2010)

Coelho destaca que concorda com o teor do parecer do CNE, pois é notável em “Caçadas de Pedrinho” um palavreado que não se admite mais atualmente. Destaca, porém, que há no livro um trecho que não lhe parece tão racista, que é quando Nastácia é comparada a uma "macaca de carvão", porque o macaco de carvão, ou mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), tem pelo claro, quase loiro. (COELHO, 2010)

Conforme o colunista, o tal uso "pronominal" do termo "negra" para substituir "Nastácia" se equivale a outros utilizados para nomear personagens do livro. Dona Benta é chamada de "a velha", o dono de um circo, o Sr. Fritz, de "o alemão". Emília, por ser interesseira e boa comerciante, é chamada de "ciganinha". A cor de Tia Nastácia, introduz certo componente "estrangeiro" ao conjunto dos personagens do "Sítio do Pica-Pau Amarelo". (COELHO, 2010)

Marcelo Coelho traça um paralelo entre as representações literárias de Tia Nastácia e Dona Benta. Tia Nastácia tem um papel rico e contraditório: toma distância do mundo fantástico do Sítio; crédula nos sinais da cruz é mais cética do que Dona Benta quanto às invencionices de Emília e as aventuras de Pedrinho. Ela está ligada a um "mundo adulto" e realista, no qual Dona Benta encarna imperfeitamente. O jornalista ironiza ao relatar o final do livro, o qual termina, conforme ele, com uma frase antirracista: “— Tenha paciência — dizia a boa criatura. — Agora chegou minha vez. Negro também é gente, sinhá...” (LOBATO, apud COELHO, 2010). ”

Quanto ao conteúdo racista do livro “Caçadas de Pedrinho”, Coelho diz que no conteúdo, propriamente, não há, porque o livro não diz que os negros seriam uma "raça inferior", mas há "formas de expressão" racistas ao longo de todo o texto, mesmo quando, no último parágrafo, os direitos de Nastácia à igualdade são reivindicados (e atendidos). (COELHO, 2010)

O jornalista alega que a presença do vocabulário racista não é suficiente para excluir o livro das escolas do país, o que nunca foi proposto pelo parecer do Conselho Nacional de Educação e sugere que se leia integralmente o relatório escrito por Nilma Lino Gomes, porque ele procura resolver com equilíbrio uma situação burocrática e legal das mais complexas. (COELHO, 2010)

Segundo Coelho, o que é recomendado pelo CNE, é que se coloquem notas quanto houver vocabulário racista, sem deixar de enfatizar o caráter clássico da obra. “Pode-se discordar, dos cuidados pedagógicos com notas e contextualizações,

como se professores e alunos fossem incapazes de tocar com as próprias mãos num texto carregado de radioatividade política, pode-se imaginar que, no futuro, notas e explicações sobre "ciganinhas", "alemães", "velhas" ou o que quer que sejam, terminem sobrecarregando o livro com a seriedade do politicamente correto. Será o momento em que as aventuras de Pedrinho, Narizinho e Emília deixarão, em definitivo, de divertir os seus leitores e tratá-los com inteligência, para tornarem-se apenas uma "maçaroca" e uma "caceteação", como diria Lobato, a serem enfiadas pela goela das crianças. (COELHO, 2010).

6 CONCLUSÃO

A investigação sobre estes debates sinaliza como a naturalização do racismo pelos formadores de opinião do país, contribui para invisibilizar a reprodução das desigualdades raciais no Brasil.

Pode se concluir, pelos debates analisados, que os críticos que se posicionam contra os Pareceres e negam a ideologia racista de Lobato, se apoiam em argumentos frágeis, inconsistentes e de fácil contestação, o que demonstra um profundo processo de negação e de naturalização do racismo, ainda característico no Brasil.

Denota-se facilmente que é necessária uma intervenção afirmativa no campo da literatura, porque ainda que pequena, diante de todas as injustiças sociais a que sempre foram e a que ainda são submetidas às pessoas negras, esta intervenção pode agir como forma de denunciaras humilhações a que estas pessoas estiveram sujeitas e a que ainda estão submetidas no seu cotidiano, nas várias relações de desigualdades sociais e em situações perversas de manifestações do racismo, ainda latentes em nosso meio.

Este trabalho aponta também para a necessidade de se acompanhar as concepções implícitas e explícitas presentes nas obras literárias e nas formas de suas supressões, para que não haja a reprodução de quaisquer espécies de pensamentos discriminatórios.

Em 29/08/2011, foi publicada a homologação do reexame do Parecer: Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, (CNE/CEB nº 06/2011) e surgiram novas e melhores interpretações a respeito de ambos.

Nilma Lino Gomes, relatora dos dois Pareceres e atualmente ministra da Secretaria das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foi entrevistada no Blog do Planalto, coluna “Fala, Ministro”, em 13 de janeiro de 2015 e declarou:

Políticas de ações afirmativas são políticas que ajudam qualquer sociedade que as implementa a fazer uma série de correção de desigualdades históricas. No caso dos negros e do Brasil, eu penso que elas são importantes para que possam colocar a população negra num lugar de visibilidade social, de visibilidade política, embora, muitas vezes, essas políticas sejam vistas pelo lado negativo, e não pelo lado da cidadania, do direito. Elas são importantes para que o Estado saia de um lugar de uma neutralidade estatal e assuma políticas de correção de injustiças históricas, contribuindo para a construção da justiça social. O que aconteceu, à época,

é que esse parecer foi mal interpretado por vários setores da mídia, dos setores literários, pela sociedade civil. As pessoas não leram o parecer, leram muito mais manchetes espalhadas por vários veículos midiáticos e também por conversas nas redes sociais e criou-se a ideia que o parecer estava vetando a obra do Lobato, de que o parecer estava mandando tirar livros das bibliotecas, inverdades foram criadas. Isso virou uma discussão em nível nacional, que eu acho inclusive que é uma discussão formadora e educativa. (GOMES, 2015).

Entre todos os apontamentos levantados na pesquisa, pode-se concluir que a discussão por si só teve um cunho altamente positivo, desmascarando uma realidade invisibilizada e negada pela sociedade brasileira e que não tem mais lugar nas ideias e realidades contemporâneas. Não são mais aceitáveis que injustiças sociais e que o massacre ao povo e à cultura negra continuem se perpetuando e acarretando atrocidades de todo tipo a esta população.

É necessária uma política afirmativa, que venha de encontro aos direitos de todo ser humano, garantidos na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos para uma vida digna, livre de preconceitos, subordinações e discriminações, sejam elas de qualquer tipo.

REFERÊNCIAS

ABL se pronuncia sobre a obra de Lobato. **Veja**, São Paulo, 05 out. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/abl-pede-que-obra-de-lobato-nao-seja-censurada>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ACADEMIA Brasileira de Letras diz ser contra veto a literatura de Monteiro Lobato. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 nov. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2010/11/825774-academia-brasileira-de-letras-diz-ser-contraveto-a-livro-de-monteiro-lobato.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA. **Carta aberta**. Curitiba: ABRALIC, 05 de novembro 2010. Disponível em: <<http://www.abralic.org.br/downloads/carta-cne-05-10-2010.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BARRUCHO, Luis Guilherme. Onde está o verbete bom-senso? **Veja**, São Paulo, 3 mar. 2012.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BLOCH, Arnaldo. Com a palavra, Monteiro Lobato: sente antes de ler. **O Globo**, Rio de Janeiro, Março. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/arnaldo/posts/2011/03/03/com-palavra-monteiro-lobato-sente-antes-de-ler-366759.asp>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BOSI, Alfredo. Monteiro Lobato. In: BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 215-217.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 15/2010. Orientações para que a Secretaria de Educação do Distrito Federal se abstenha de utilizar material que não se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 set. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6702-pceb015-10&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 03/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 maio 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 6/2011. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, com orientações para que material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 ago. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8180-pceb006-11-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998

CARDOSO, Edson Lopes. **A propósito de Caçadas de Pedrinho**. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2010. Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/604/a-proposito-de-cacadas-de-pedrinho>> Acesso em: 15 jun. 2015.

CECCANTINI, João Luís. **Racismo na obra de Monteiro Lobato**. Entrevistador: Ederson Granetto. UNIVESP TV, 15 out. 2012. Disponível em: <<http://univesptv.cmais.com.br/noticias-univesp/noticias-univesp-racismo-na-obra-de-monteiro-lobato-joao-luis-cardoso-ceccantini>>. Acesso em: 15 out. 2015.

COELHO, Marcelo. Caçada a Monteiro Lobato: prosa de alta radioatividade. **Folha Uol**, 14 nov. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2010/11/829987-cacada-a-monteiro-lobato-prosa-de-alta-radioatividade.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FERES JUNIOR, João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. Monteiro Lobato e o politicamente correto. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 69-108, Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n1/a04v56n1.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FIUZA, Guilherme. A ditadura cor de rosa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 maio 2011. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/426636/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Cotas tem o potencial de mudar o perfil da sociedade brasileira, afirma Nilma Lino Gomes**. Programa Nacional do Livro Didático, 13 jan. 2015. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/assunto/programa-nacional-do-livro-didatico>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

GONÇALVES, Ana Maria. **Não é sobre você que devemos falar**. 20 nov. 2010. Disponível em: <http://www.idelberavelar.com/archives/2010/11/nao_e_sobre_voce_que_devemos_falar_por_ana_maria_goncalves.php>. Acesso em: 08 jun. 2015.

GONÇALVES, Ana Maria. **Políticas educacionais e racismo**: Monteiro Lobato e o PNBE. Portal Forum, set. 2012. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/09/10/politicas-educacionais-e-racismo-monteiro-lobato-e-o-plano-nacional-biblioteca-da-escola-por-ana-maria-goncalves/>>. Acesso em: 30 maio 2015.

GONÇALVES, Ana Maria. **Carta aberta a Ziraldo**. 18 fev. 2011. Disponível em: <http://www.idelberavelar.com/archives/2011/02/carta_aberta_ao_ziraldo_por_ana_maria_goncalves.php>. Acesso em: 16 jun. 2015.

GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 77-89, jan./abr. 2005.

GUIMARÃES, Humberto Viana. ... e o Index Librorum Prohibitorum. **Jornal do Brasil**, 21 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2010/11/21/e-o-index-librorum-prohibitorum-4/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

LAJOLO, Marisa. A figura do negro em Monteiro Lobato. **Presença Pedagógica**, v.4, n. 23, p. 23-31, set./out. 1998.

LAJOLO, Marisa. Preconceito e intolerância em *Caçadas de Pedrinho*. **Revista Emília**, set. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaemilia.com.br/mostra.php?id=30>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

LAJOLO, Marisa. **Marisa Lajolo fala sobre a obra de Monteiro Lobato**. UNIVESP TV, 20 set. 2012. Disponível em: <<http://univesptv.cmais.com.br/noticias-univesp/noticias-univesp-racismo-em-monteiro-lobato-frei-david-raimundo-dos-santos>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

LEITE, Márcia. Sobre a torneirinha de asneiras de Emília. **Revista Emília**, out. 2012. Disponível em: <www.revistaemilia.com.br/mostra.php?id=258>. Acesso em: 01 jul. 2015.

LOBATO, Monteiro. **Caçadas de Pedrinho**. São Paulo: Globo, 2012.

MAIS ESCRITORES em defesa de *Caçadas de Pedrinho*: abaixo-assinado *Lobato, Leitura e Censura*. **Publishnews**, 05 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.publishnews.com.br/materias/2010/11/05/60747-mais-escritores-em-defesa-de-icacadas-de-pedrinhoi>>. Acesso em: 13 out. 2015.

MIGUEL, Adilson. Lobato e o racismo. **Revista Emília**, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaemilia.com.br/mostra.php?id=277>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

MILIETT, Sérgio. Jeca Tatu é uma vingança. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 9, n. 2, p. 231-235, jul./dez. 1981. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/277/170>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

MILLIET, Sérgio. Um sentimental apaixonado. **Ciência & Trópico**, v. 9, n. 2, p. 227-230, jul./dez. 1981. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/276/169>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus Identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global, 2004.

MUSSA, Alberto. Me convençam. **Rascunho**, n. 128, nov. 2011. Disponível em: <<http://rascunho.com.br/me-convençam/>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

NIGRI, André Monteiro Lobato e o racismo. **Bravo!**, n. 165, maio de 2011. Disponível em: <bravonline.abril.com.br/materia/monteiro-lobato-e-o-racismo#image=165-capa-racismo-1-g>. Acesso em: 01 jul. 2015.

OAB contra a censura aos livros de Monteiro Lobato. 9 nov. 2010. Disponível em: <<http://dirfam.blogspot.com.br/2010/11/oab-contra-censura-aos-livros-de.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **MEC insulta cultura do país ao banir obra histórica**. 4 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/20868/oab-mec-insulta-cultura-do-pais-ao-banir-obra-historica-de-monteiro-lobato>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

PARANÓIA ou mistificação. Disponível em: <<http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/educativo/paranoia.html>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

PESQUISA conclui piora nos índices de violência para os jovens no Brasil. G1, 07 maio 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/05/pesquisa-conclui-piora-nos-indices-de-violencia-para-os-jovens-no-brasil.html>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

SAFATLE, Vladimir. Correto demais. **Folha de S. Paulo**, 20 nov. 2012. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/1188086-correto-demaiss.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2015.

SANTOS, David Raimundo. **Racismo em Monteiro Lobato**. UNIVESP TV, 28 set. 2012. Disponível em: <<http://univesptv.cmais.com.br/noticias-univesp/noticias-univesp-racismo-em-monteiro-lobato-frei-david-raimundo-dos-santos>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

SEDA, Vicente. **Que merda é essa?** desfila com ironia à censura. *Carnaval*, 06 mar. 2011. Disponível em: <<http://carnaval.ig.com.br/rio/blocos/que-merda-e-essa-desfila-com-ironia-a-censura/n1238139503082.html>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, Ano 30, n. 3, p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745/2092>>. Acesso em: 25 out. 2015.

SOUZA, Hugo. Monteiro Lobato, Ziraldo e o racismo maluquinho. **Opinião & Notícia**, 25 fev. 2011. Disponível em: <<http://opinioenoticia.com.br/brasil/politica/monteiro-lobato-ziraldo-e-o-racismo-maluquinho/acesso>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

VASCONCELOS, Zinda Maria Carvalho de. **O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato**. São Paulo: Traço, 1982.

VERISSIMO, Luis Fernando. No contexto. **Estadão**, São Paulo, 20 set. 2012. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,no-contexto-imp-933140>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

VICENTE, José. **Racismo na obra de Monteiro Lobato**. UNIVESP TV, 15 out. 2012. Disponível em: <<http://univesptv.cmais.com.br/noticias-univesp/noticias-univesp-racismo-em-monteiro-lobato-frei-david-raimundo-dos-santos>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

ZIBERMAN, Regina. Monteiro Lobato e suas fases. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 36, p. 141-152, jul./dez. 2010.

ZIRALDO: um menino oitentão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 out. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/ziraldo-um-menino-oitentao-6468574>>. Acesso em: 15 jun. 2015.